



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**LUCAS MOREIRA AMARIO**

**TERRITORIALIDADES RIBEIRINHAS: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA  
USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA) NO ACAMPAMENTO CORAGEM**

Araguaína/TO  
2022

**LUCAS MOREIRA AMARIO**

**TERRITORIALIDADES RIBEIRINHAS: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA  
USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA) NO ACAMPAMENTO CORAGEM**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Araguaína, para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Airton Sieben

Co-orientador: Prof. MsC. Laylson Mota Machado

Araguaína/TO  
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

A485t Amario, Lucas Moreira.

TERRITORIALIDADES RIBEIRINHAS: conflitos socioambientais da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) no Acampamento Coragem . / Lucas Moreira Amario. – Araguaína, TO, 2022.

58 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Geografia, 2022.

Orientador: Airton Sieben

Coorientador: Laylson Mota Machado

1. Formação de professor. 2. Pesquisa. 3. Currículo. 4. Geografia. I. Título

**CDD 910**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

LUCAS MOREIRA AMARIO

**TERRITORIALIDADES RIBEIRINHAS: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA  
USINAHIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA) NO ACAMPAMENTO CORAGEM**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína, Curso de Geografia foi avaliada para obtenção do título de licenciado em Geografia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 06 / 07 / 2022

Banca Examinadora



---

Prof. Dr. Airton Sieben (Orientador), UFNT



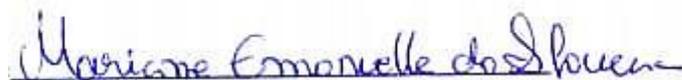
---

Prof. MsC. Laylson Mota Machado (Co-orientador), UFNT/UFPEL



---

Prof. Dr. Marcelo Venancio (Examinador), UFNT



---

Profa. MsC. Mariane Emanuelle da Silva Lucena (Examinadora), PPGCULT/UFNT

*Dedico este trabalho para minha Mãe Gizelma  
Silva Moreira Amario e meu Pai Jose Artur  
Amario por sempre confiar e me apoiar ao  
longo de toda essa trajetória da minha  
formação.*

## AGRADECIMENTOS

No decorrer da minha formação, passei por momentos difíceis na minha vida que me fizeram questionar onde eu estava, e se o curso de Licenciatura em Geografia seria a formação que eu realmente desejava. Com o passar do tempo, fui tendo mais conhecimento através das aulas de campo, como exemplo da disciplina de Geologia, Geomorfologia e Geografia da População. Notei que o curso me proporcionou uma nova perspectiva sobre o que acontece ao nosso redor, fazendo lembrar a frase “*O escritório do Geógrafo é o mundo*”. Se antes eu tinha receios sobre o que eu queria, atualmente me encontro nesse curso, dando total mérito aos profissionais da educação qualificados, como: Amanda, Airton Sieben, Laylson Mota, Roberto Antero, Carlos Augusto, Elizeu, Elias, Jean, Miguel e todo o corpo docente do colegiado de Geografia.

Agradeço ao meu Deus por ter conseguido chegar até aqui, por ter sempre me guiado e me dado forças em dias difíceis. Quero agradecer também à minha mãe Gizelma Silva Moreira Amario, por todo o amor e carinho, por nunca ter desistido e sempre ter confiado em mim. Agradeço também ao meu pai, pelos ensinamentos que obtive no decorrer do meu crescimento, através de você, de seus conselhos, eu pude entender um pouco sobre a vida.

Agradeço em especial aos meus orientadores, professor Dr. Airton Sieben, por toda contribuição desde as orientações no PIBIC, e todo apoio na minha trajetória profissional e acadêmica. Também agradeço ao meu professor Ms. Laylson Mota, por todos os ensinamentos, através de você, pude evoluir muito como pesquisador, serei sempre grato.

A banca examinadora, professora Mariane Emanuelle da Silva Lucena e Marcelo Venancio, por terem aceitado o convite para avaliarem este trabalho. Agradeço pelas contribuições e sugestões de aprimoramento desta pesquisa que tanto me moldou como profissional e pesquisador.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter financiado os projetos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica, na qual participei como bolsista de ambos os projetos, que tanto contribuiu para minha atuação enquanto docente.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por financiar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), em que realizei o projeto de pesquisa que se desdobrou nesta monografia, contribuindo para o início da minha formação enquanto pesquisador.

Agradeço e dedico este trabalho a toda a população ribeirinha do Acampamento Coragem, sem o qual não seria possível realizar este estudo. Obrigado por toda troca, pelas histórias compartilhadas, e pela receptividade que tive quando conheci a comunidade. Que este trabalho possa contribuir com o campo de estudo sobre os conflitos da UHE de Estreito, que seus objetivos enquanto comunidade atingida sejam alcançados, e que o acampamento possa vir a ser assentado.

As amigadas que obtive na universidade: Atácia Carlos dos Santos e Areta Elen Silva Pimenta saibam que a amizade de vocês é de extrema importância para mim. Que através de tudo que aprendi na universidade, eu possa levar para a vida, me tornando um profissional qualificado, representando bem a universidade no qual amadureci tanto como profissional e como pessoa. E com isso, trazer uma educação de qualidade para os adolescentes e jovens futuros da nação.

## RESUMO

A Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE), desde o período de sua instalação tem ocasionado uma série de conflitos socioambientais entre as comunidades tradicionais e a população atingida em geral. O empreendimento teve sua obra iniciada em 2007, desde essa época, vem ocasionando efeitos e conflitos irreversíveis às comunidades atingidas, dentre elas, destaca-se a Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem que foi desterritorializada, e ocupa um território em Palmeiras do Tocantins (TO), há sete anos, como forma de reivindicação dos direitos violados pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE). Diante disso, que a presente pesquisa analisa os processos de permanência e as territorialidades ribeirinhas construídas no Acampamento Coragem em relação aos processos de reterritorialização ocasionados pela barragem de Estreito nos anos de 2007 a 2021. Buscando identificar como a população atingida enfrenta os conflitos socioambientais, compreendendo o processo de reterritorialização e adaptação no território acampado, assim como, descrever como as territorialidades ribeirinhas se constroem perante toda adaptação e modificações encontradas na ocupação da comunidade. Os caminhos metodológicos do estudo são guiados pela pesquisa qualitativa, com uso de entrevistas exploratórias, observação participante e diários de campo. Por meio disso, evidenciam-se os conflitos socioambientais ocasionados pela usina de Estreito, que mesmo após dez anos de sua inauguração continua a modificar os modos de vida das comunidades atingidas, acarretando impactos na produção pesqueira, alteração nas vivências ribeirinhas e perda da diversidade do pescado. Dessa forma, as territorialidades ribeirinhas imprimem os sentidos de afetividade e resistência na ocupação do território, traçando trajetórias de luta pelos direitos enquanto acampados e ribeirinhos, por modos de vida rurais, e por um território que esteja às margens do rio Tocantins.

**Palavras-chaves:** Usina Hidrelétrica de Estreito; Acampamento Coragem; Conflitos Socioambientais, Ribeirinhos.

## ABSTRACT

The Estreito Hydroelectric Power Plant (UHEE), since the period of its installation, has caused a series of socio-environmental conflicts between traditional communities and the affected population in general. The project had its work started in 2007, since that time, it has been causing irreversible effects and conflicts to the affected communities, among them, the Ribeirinha Community of Acampamento Coragem stands out, which was deterritorialized, and occupies a territory in Palmeiras do Tocantins (TO) , seven years ago, as a way of claiming the rights violated by the Estreito Energia Consortium (CESTE). The refore, the present research analyzes the processes of permanence and the riverside territorialities built in Acampamento Coragem in relation to the processes of reterritorialization caused by the Estreito dam in the years 2007 to 2021. the process of reterritorialization and adaptation in the encamped territory, as well as describing how the riverside territorialities are built in the face of all adaptation and changes found in the occupation of the community. The methodological paths of the study are guided by qualitative research, using exploratory interviews, participant observation and field diaries. Through this, the socio-environmental conflicts caused by the Estreito plant are highlighted, which even after ten years of its inauguration continues to modify the ways of life of the affected communities, causing impacts on fishing production, changes in riverside experiences and loss of the diversity of the fish. In this way, riverside territorialities print the senses of affection and resistance in the occupation of the territory, tracing paths of struggle for rights while camped and riverside, for rural ways of life, and for a territory that is on the banks of the Tocantins River.

**Key-words:** Estreito Hydroelectric Power Plant; Camp Courage; Socioenvironmental Conflicts, Ribeirinhos.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do Acampamento Coragem.....	20
---	----

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - barraco/ casa do Acampamento Coragem... ..	22
Fotografia 2 - Barcos ancorados... ..	22
Fotografia 3 e 4 - Rio Tocantins nos anos de 2005 e 2020... ..	27
Fotografia 5 - Árvores em estado de Putrefação .....	29
Fotografia 6 - Árvores em estado de Putrefação. ....	29
Fotografia 7 - Criação de galinhas.....	45
Fotografia 8 - Criação de porcos... ..	45
Fotografia 9 - Resgate de peixes em barragem provisória... ..	48
Fotografia 10 - Preparo do solo nas roças de toco.....	51
Fotografia 11 - Alface e cheiro e cheiro verde .....	52
Fotografia 12 - Plantio de Abóbora .....	52

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**APP** - Área de Preservação Permanente

**BNCC** - Base Nacional Comum Curricular

**CESTE** - Consórcio de Energia de Estreito

**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

**MA** - Maranhão

**MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**PE** - Pernambuco

**TO** - Tocantins

**TDR** - Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização.

**UFT** - Universidade Federal do Tocantins

**UFNT** - Universidade Federal do Norte do Tocantins

**UHE** - Usina Hidrelétrica

**UHEE**- Usina Hidrelétrica de Estreito

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA UHE DE ESTREITO NO ACAMPAMENTO CORAGEM</b> .....	<b>19</b>
2.1	A Formação da Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem .....	19
2.2	Conflitos Socioambientais da UHE de Estreito: os efeitos da barragem na população acampada .....	24
2.3	O Ensino da Geografia e as comunidades ribeirinhas .....	31
<b>3</b>	<b>A RETERRITORIALIZAÇÃO E A ADAPTAÇÃO NO TERRITÓRIO OCUPADO</b> .....	<b>35</b>
3.1	Os processos T.D.R na construção de barragens .....	35
3.2	A memória e a percepção de lugar: a afeição dos acampados com o Rio Tocantins .....	38
3.3	Resistências: a luta pelos direitos ribeirinhos .....	41
<b>4</b>	<b>TERRITORIALIDADES RIBEIRINHAS NA POPULAÇÃO ACAMPADA</b> .....	<b>43</b>
4.1	Construção de novas territorialidades: a adaptação no lugar ribeirinho .....	44
3.2	“Se não pescar vai viver de quê?”: os impactos na produção pesqueira .....	47
4.3	Da vazante para as roças de toco: as mudanças na agricultura da comunidade ribeirinha .....	50
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>54</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE) teve suas obras iniciadas em fevereiro de 2007, trata-se de um empreendimento hidrelétrico localizado entre as cidades de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO), sendo administrada pela confraria de empresas nacionais e multinacionais, a ser gerenciada pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE). A construção da UHEE surgiu com a proposta de promover o desenvolvimento da região, pautados na produção de energia elétrica advinda da força hidráulica dos rios, e com isso, viria a contribuir com o crescimento econômico do país. A barragem impactou doze municípios da área em que a usina abrange, sendo eles: Carolina e Estreito no Estado do Maranhão, e Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins no Estado do Tocantins, alagando uma área de 400 km<sup>2</sup>.

Dentre os grupos de atingidos pela UHE de Estreito, destacam-se os/as moradores/as da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem. A comunidade localiza-se nas proximidades de Palmeiras do Tocantins (TO), em limite com a ferrovia Norte-Sul, distanciando-se da sede da barragem localizada em Estreito (MA), que fica aproximadamente a 13 km onde se localiza o município que a comunidade se encontra. A ocupação do território teve seu início a partir de outubro de 2015, época em que os/as ribeirinhos/as estavam na luta por reivindicações de seus direitos. A maioria dos/as pescadores/as é associada à Colônia de Pescadores Z37 da cidade de Estreito, e por consequência da instalação da UHEE, tiveram que se realocar em um novo território para continuarem exercendo suas práticas ribeirinhas, valorizando sua cultura e seus modos de vida.

Partindo da realidade vivenciada pela população ribeirinha do Acampamento<sup>1</sup> Coragem, que este estudo se propõe em descrever as territorialidades, conflitos socioambientais e as adaptações do modo de vida ribeirinho, com isso, definimos como tema do presente trabalho “Territorialidades Ribeirinhas: conflitos socioambientais da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) no Acampamento Coragem”, tendo como problemática: quais os desafios enfrentados pela comunidade no processo de permanência no território e na construção de territorialidades ribeirinhas?

Por meio disso, o objetivo geral é analisar os processos de permanência e as territorialidades ribeirinhas construídas no Acampamento Coragem em relação aos processos

---

<sup>1</sup> Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de resistência. (FERNANDES, Bernardo Mançano, 2000, p. 76)

de reterritorialização ocasionados pela barragem de Estreito nos anos de 2007 a 2021. Sendo os objetivos específicos: Identificar como a população atingida enfrenta os conflitos socioambientais da Usina Hidrelétrica de Estreito; compreender o processo de reterritorialização e a adaptação no território ocupado e descrever as territorialidades ribeirinhas elencando as adaptações e as dificuldades encontradas na ocupação deste território.

Diante dos conflitos enfrentados pela população acampada, assim como, a importância que o Rio Tocantins tem para os moradores do Acampamento Coragem, e dos desafios enfrentados na permanência no território, trago algumas questões norteadoras para ter um melhor entendimento do tema proposto:

- Por que populações que moram às margens dos rios lutam para continuarem ocupando um território ribeirinho apesar de todas as dificuldades enfrentadas com a construção de grandes empreendimentos?
- Como a reterritorialização interfere no novo local onde as comunidades tradicionais vivem?
- De que forma ocorreu o processo de adaptação do antigo território dessas comunidades tradicionais ao novo território?

O debate proporcionado sobre o tema torna-se importante nos estudos de autores/as que abordam a temática de comunidades ribeirinhas, sendo assim, os trabalhos de Machado (2019, 2020), Cover e Santos (2021), Machado; Sieben e Almeida (2021) e Oliveira (2021) abordam sobre as problemáticas enfrentadas pelos acampados na luta pelos seus direitos, como também, os processos de desterritorialização e reterritorialização, trazendo como é enfrentada essa temática para populações ribeirinhas. Também serão trabalhados estudos que destacam as narrativas de outras populações atingidas por grandes empreendimentos, como os trabalhos sobre conflitos socioambientais em comunidades tradicionais, tais como Zhouiri e Oliveira (2007), Ferreira e Felício (2021), Teixeira (2005), Fogaça (2007) e Araújo et al., (2019). A partir do estudo desses/as autores/as será realizado um debate sobre a questão de comunidades ribeirinhas, suas narrativas, como também seus enfrentamentos em consequência dos conflitos socioambientais.

A escolha do tema trabalhado se deu inicialmente pela aula a campo ocorrida em 23 de novembro de 2019, na disciplina de Geografia da População, proporcionada pelos docentes Dr. Airton Sieben e Ms. Layson Mota. Na aula campo realizamos entrevista com a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem. Como atividade da disciplina, foi elaborado um resumo expandido, com estudo de autores e informações de dados recolhidos na aula campo. Esse conhecimento me proporcionou uma amplitude sobre a população atingida, sobretudo, no

enfrentamento diante dos conflitos socioambientais advindos da construção da UHE de Estreito.

O primeiro contato através da aula campo foi que intermediaram meu ingresso no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), finalizado em 2020, e através dos dados colhidos durante a aula campo que realizei a primeira pesquisa referente a comunidade. O PIBIC se torna importante no decorrer da elaboração da pesquisa devido me proporcionar meu primeiro contato como pesquisador. As leituras de autores que estudam temáticas de Desterritorialização e Reterritorialização, trazendo relação com estudos de comunidades tradicionais, me concedeu uma nova visão de povos que se localizam as margens dos rios, e através disso, tive um melhor entendimento sobre comunidades tradicionais, me despertando interesse sobre o tema de estudo, e assim, aprofundando mais o meu conhecimento, me inspirando para dar continuidade ao trabalho, transformando o mesmo em uma monografia.

A pesquisa do presente trabalho proporciona ao licenciando questões sobre territorialidade, lugar, identidade e cultura. Tais temáticas são trabalhadas na disciplina de Geografia, portanto, é de suma importância trazer essas categorias geográficas relacionando-as ao estudo de comunidades tradicionais que foram afetadas por grandes empreendimentos. Outro ponto que é abordado nos debates é a hegemonia do capitalismo, os grandes empreendimentos em visão do acúmulo de capital faz com que ocorra a invisibilidade de populações ribeirinhas, sendo assim, ocorre a desterritorialização dessas populações, dando início aos conflitos sociais entre povos tradicionais e empresas privadas, nos levando a refletir a importância desse estudo na área das ciências humanas, proporcionando argumentos em relação ao reconhecimento de comunidades ribeirinhas claramente definidas.

Este trabalho trata de questões como disputa territorial, valorização de culturas e conflitos socioambientais proporcionados por grandes empreendimentos. Portanto, o trabalho concede reflexões acerca da apropriação do capital sobre os recursos naturais, trazendo ao debate sobre as vivências e resistências das populações atingidas perante todos os conflitos enfrentados com grandes empreendimentos, como a lógica capitalista e desenvolvimentista desterritorializa comunidades, tradições, modos de vida e culturas, estando essas populações no eixo central dos debates na literatura dos grandes conflitos.

No decorrer da elaboração da pesquisa, foram realizadas leituras de artigos, monografias, dissertações e teses na qual estudam temáticas voltadas para questões de povos ribeirinhos que foram afetados por grandes empreendimentos, com o intuito de analisar os conflitos socioambientais enfrentados pelos acampados, entendendo a importância do território onde se localiza a comunidade. Para entender territorialidades e o processo de

Reterritorialização, foi trabalhado Haesbaert (2019) e Saquet (2013), trazendo as contribuições acerca dos processos de migração territorial elencado pelos autores, definido por eles como: Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (T.D.R). As populações atingidas enfrentam os processos de desterritorialização ocasionados pela expulsão do território alagado, a perda de suas territorialidades recai na busca por construir novas territorialidades em um novo lugar na busca pela reterritorialização, o que os/as acampados/as enfrentam atualmente.

Também utilizamos das contribuições de Tuan (1983), intensificando o estudo da categoria geográfica “Lugar” relacionando com a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, uma vez que a valorização do território apresenta características dessa categoria. Outra temática importante trabalhada na monografia se refere aos estudos de conflitos socioambientais, sendo um dos principais pontos abordados na pesquisa, promovendo o entendimento dos embates na luta pelo território, como também, os impactos ambientais em consequência da instalação da UHE de Estreito. Para o entendimento desse tema, utilizamos das abordagens de Carvalho, Oliveira e Fonseca (2017), Cabral (2002), Fogaça (2007), Godinho et al., (2016) e Melo (2016), trazendo narrativas de comunidades tradicionais excluídas por projetos de desenvolvimento econômico, correndo riscos de vulnerabilidade, através da perda do território.

A metodologia utilizada foi a qualitativa, cujo principal característica é oferecer ao leitor informações mais aprofundadas em relação ao tema que será trabalhado. Vale se considerar também que a pesquisa qualitativa é exploratória por natureza, e ajuda a entender os detalhes sobre um assunto ou um problema (MINAYO, 1992).

Com base em Minayo (1992), a pesquisa qualitativa possui importância na monografia, por proporcionar ao pesquisador uma análise aprofundada a comunidade do Acampamento Coragem, devido ao método qualitativo possuir características de pesquisa como o estudo de aglomerados, comportamento humano em dimensões territoriais, levando em consideração a forma como pensam, constroem sua cultura e a si mesmos.

Para obter informações mais profundas sobre o campo de pesquisa foi utilizado uso da observação participante, que tem como objetivo o pesquisador se aprofundar mais na dinâmica do grupo, no seu modo de vida natural, conforme define Parreira et al., (2017):

É uma abordagem utilizada quando o investigador está interessado na dinâmica de um grupo no seu meio natural, e não simplesmente na recolha de respostas individuais às questões. Para prover uma perspectiva holística e natural das matérias a serem estudadas, este método de investigação permite aos investigadores um bom caminho de observação (PARREIRA et al. 2017, p. 727).

A observação participante me concedeu um melhor conhecimento tanto dos ribeirinhos como também do ambiente onde ocorrem suas vivências. O aprofundamento através da observação nota-se a ligação territorial dos ribeirinhos com o rio. As plantações em volta dos barracões, o canto dos pássaros, as galinhas passando próximas a casa, barcos ancorados à margem do lago, como também o próprio cheiro do lugar, faz perceber as características de viver na comunidade, trazendo perspectivas ao pesquisador sobre a importância do estudo do grupo e do seu meio natural.

Como técnica de pesquisa utilizamos a entrevista exploratória, ocorrendo na ida do pesquisador ao campo, nas conversas com os/as acampados/as, coletando por meio disso, narrativas sobre o acampamento e a UHE de Estreito. Para Thompson (1992), a importância desse modelo de entrevista, ocorre através da preparação da coleta de dados que ela concede ao pesquisador:

O primeiro ponto é a preparação de informações básicas, por meio da leitura ou de outras maneiras. A importância disso varia muito. A melhor maneira de dar início ao trabalho pode ser mediante entrevistas exploratórias, mapeando o campo e colhendo idéias e informações. Com a ajuda destas, pode-se definir o problema e localizar algumas das fontes para resolvê-lo (THOMPSON, 1992, p. 254).

A partir das contribuições de Thompson (1992), é notável a importância da pesquisa exploratória, devido fornecer o conhecimento do campo, observando as complexidades do território, e através dos dados coletados, proporcionar ao pesquisador as possibilidades para solucionar a problemática do tema trabalhado.

Não foram entrevistadas todas as pessoas que moram no Acampamento Coragem, apenas 3 (três) homens e duas mulheres, dando um total de 5 (cinco) pessoas. Na época em que foram realizadas as entrevistas na aula campo da disciplina Geografia da População, os acadêmicos foram separados em grupos devido o tempo ser curto, e por isso, acabou não entrevistando um maior número de moradores, uma vez que visitamos os acampados em seus barracões, e alguns tivemos que pegar rota fluvial para ter acesso aos barracões/casas dos/as acampados/as. Vale destacar também que a visita ocorreu em 2019, antes do início da pandemia da COVID-19<sup>2</sup>. Em consequência do vírus ser altamente contagioso, e a vacina não ter atingido toda a população do Brasil, por evitar consequência de infecção da comunidade, não foram

---

<sup>2</sup> Coronavírus é um vírus zoonótico, um RNA vírus da ordem Nidovirales, da família Coronaviridae(1). Esta é uma família de vírus que causam infecções respiratórias, os quais foram isolados pela primeira vez em 1937 e descritos como tal em 1965, em decorrência do seu perfil na microscopia parecendo uma coroa(2). Os tipos de coronavírus conhecidos até o momento são: alfa coronavírus HCoV-229E e alfa coronavírus HCoV-NL63, beta coronavírus HCoV-OC43 e beta coronavírus HCoV-HKU1, SARS-CoV (causador da síndrome respiratória aguda grave ou SARS), MERS-CoV (causador da síndrome respiratória do Oriente Médio ou MERS) e SARSCoV-2, um novo coronavírus descrito no final de 2019 após casos registrados na China. Este provoca a doença chamada de COVID-19 (LIMA, 2020).

realizadas mais visitas ao campo. Portanto, todos os dados recolhidos foram de antes da pandemia, sendo utilizado com base nos dados coletados na aula campo e na pesquisa realizada do PIBIC.

De acordo com Medina (1986, p. 5-6), “[...] a entrevista é um “jogo de interação” no qual os entrevistados se interligam em uma única vivência, portanto os seus conceitos, histórias, modos de vida, faz com que possa consubstanciar em muitas interpretações”. Portanto, com os apontamentos de cada entrevistado, se tornou importante devido seus modos de vidas e realidades diferentes, e através dessas percepções, promoveu melhores entendimentos acerca do valor que a beira do rio Tocantins tem para os/as moradores/as da comunidade.

O trabalho está dividido em 3 capítulos, no primeiro capítulo foi trabalhado sobre os conflitos socioambientais enfrentados pela comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, abordando também o processo histórico da comunidade ribeirinha, trazendo dados da chegada dos ribeirinhos ao acampamento, demonstrando um mapa com a localização dos acampados, os municípios que se localizam nas proximidades do acampamento; estudos da categoria geográfica “lugar” trazendo relação ao território ribeirinho; informações da UHE de Estreito, como as empresas responsáveis por sua instalação; fotografias de impactos ambientais em consequência da instalação da UHEE, e por último, uma abordagem sobre o ensino da geografia e as comunidades tradicionais, relacionando com as propostas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental e Médio.

No segundo capítulo foi trabalhada a questão da afeição ribeirinha no Acampamento Coragem relacionado com o processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (T-D-R), debates voltados a visibilidades de comunidades tradicionais, a memória do antes e depois do rio Tocantins em consequência dos conflitos socioambientais, a percepção de lugar para os acampados, abordagens de autores ressaltando sobre o vínculo de comunidades tradicionais com o que a natureza proporciona a resistência dos acampados na luta pelos seus direitos e reconhecimento de identidade, trazendo os embates que os ribeirinhos tiveram que enfrentar para serem considerados como atingidos pela barragem de Estreito (MA).

No terceiro capítulo trabalhamos a questão da territorialidade ribeirinha, relatando como foi o processo de adaptação no novo território, a forma de vida da comunidade ribeirinha, fotografias de criações de animais, como por exemplo, os porcos e galinhas, utilizados como meio de subsistência para a comunidade; impactos na produção pesqueira, relatando sobre os desafios que a comunidade enfrenta em consequência da queda na produção de pesca após a inundação do rio Tocantins, e as dificuldades na agricultura ao novo modelo de plantio devido

a proibição de plantações próximas às Áreas de Preservação Permanente (APP), trazendo um novo desafio na agricultura, o cultivo nas roças de toco.

Através do presente trabalho, pretendo trazer ao leitor uma perspectiva humanística em relação a comunidades tradicionais, trazendo informações sobre os seus modos de vida, resistência para com seus direitos de ribeirinhos, e entre outras problemáticas que populações atingidas enfrentam após a implantação de usinas hidrelétricas. Para que assim, ocorra o reconhecimento desses povos, e que surja um debate sobre a valorização da cultura e vivências de comunidades tradicionais.

## **2 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA UHE DE ESTREITO NO ACAMPAMENTO CORAGEM**

Neste capítulo, apresentaremos os conflitos socioambientais enfrentados pela Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem, destacando o processo histórico de formação da comunidade, as demandas de luta pela terra e a ligação imaterial que a população acampada possui com o rio Tocantins. Abordaremos como os efeitos que a Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE) afeta os processos de resistência dos/as atingidos/as pela barragem, enfatizando que os conflitos contra o empreendimento se fazem presentes desde o início da instalação da usina até os dias de hoje. Por fim, apresentamos a relação da temática abordada nesta monografia com o ensino de Geografia e sua interligação com as categorias geográficas, assim como, as trajetórias na pesquisa e as percepções entre pesquisador e campo de estudo.

### **2.1 A Formação da Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem**

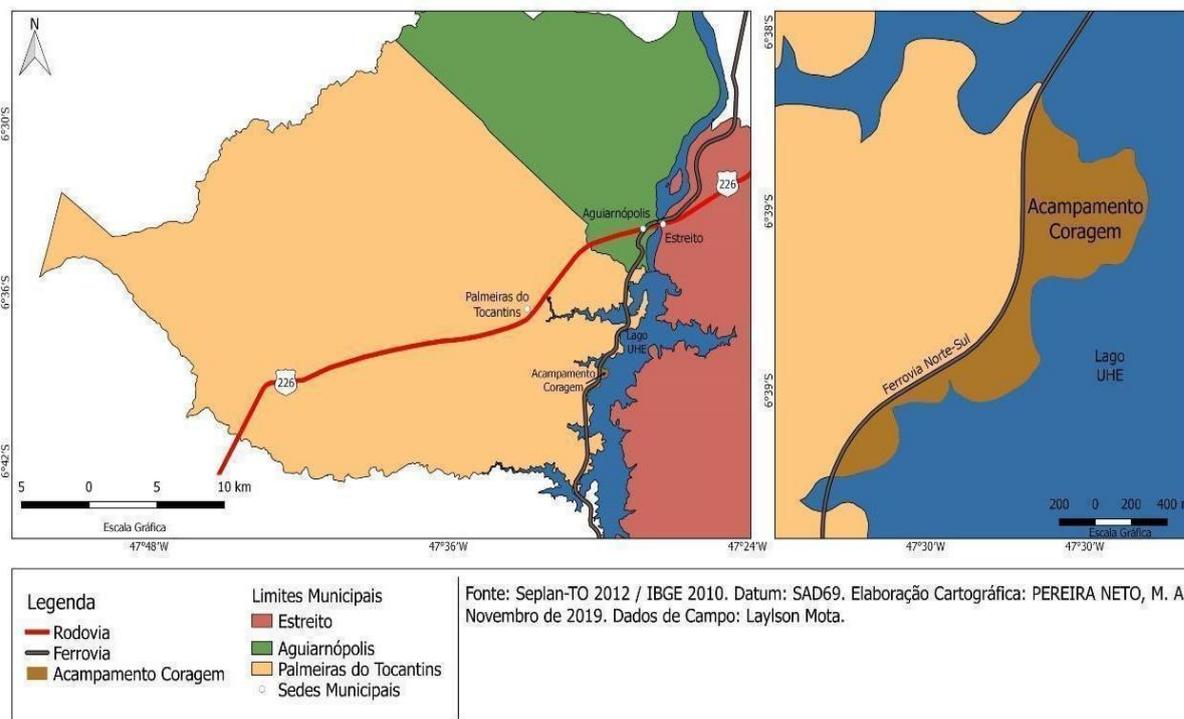
A Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem localiza-se no município de Palmeiras do Tocantins (TO), ficando a aproximadamente 13 km, do município de Estreito (MA), onde a usina está instalada. A comunidade é composta por um grupo de 36 (trinta e seis) famílias com uma média de 100 (cem) habitantes. A maioria dos/as acampados/as são associados/as à Colônia de Pescadores Z37<sup>3</sup> de Estreito (MA), e devido às consequências da instalação da UHEE, tiveram que se realocar em um novo território com o intuito de continuarem exercendo suas práticas ribeirinhas.

O mapa 1 ilustra a localização do Acampamento Coragem, como destaque as proximidades da comunidade com os limites da Ferrovia Norte-Sul, no município de Palmeiras do Tocantins (TO), estando distante da sede da barragem, na cidade de Estreito (MA), que fica a aproximadamente 13 km do município onde a comunidade faz ocupação. Como se observa no mapa, nas proximidades do território ribeirinho situam-se três municípios que abarcam esta pesquisa: Palmeiras do Tocantins, local de ocupação da população acampada; a cidade de Estreito, onde se instala a sede da usina e de onde os/as ribeirinhos fazem suas trajetórias para o acampamento em seus percursos pesqueiro; e a cidade de Aguiarnópolis, onde se localiza o vertedouro da barragem.

---

3 [...] a colônia de pescadores Z37 situa-se na cidade de Estreito (MA), onde a maioria dos pescadores do acampamento são associados, devido serem residentes da cidade e acampavam às margens do rio Tocantins praticando suas atividades profissionais, e foram atingidos pelo reservatório da barragem, consequentemente tiveram que migrar para outros lugares, e atualmente ocupam um território no município de Palmeiras do Tocantins para continuar com suas práticas culturais (MACHADO, 2020 apud OLIVEIRA, 2021, p. 11)

**Mapa 1: Localização do Acampamento Coragem**



**Fonte:** SEPLAN – TO (IBGE, 2010. Org. Pereira Neto, 11/2019) apud Machado (2020).

A formação do Acampamento Coragem ocorreu em meados de outubro de 2015. Na época os ribeirinhos, com o apoio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), passaram a ocupar a terra onde se localiza o acampamento, como reivindicação dos direitos negados e resistência acerca de continuarem exercendo seus modos de vida (MACHADO; SIEBEN; ALMEIDA, 2021).

[...] a formação do Acampamento Coragem surgiu por meio de reivindicações e resistências. A população que hoje ocupa o território, desde a instalação da barragem, tem se manifestado em prol dos direitos que foram violados pelo empreendimento. Tais manifestações ocorreram desde o acampamento em frente à barragem (que durou cerca de um ano e oito meses), juntamente com o MAB e outras comunidades atingidas pela UHEE que acamparam reivindicando os direitos do pescador (MACHADO, 2020, p. 27).

O motivo pela escolha da terra se deu pelo fato de estar presente em suas rotas de pesca, a trajetória do lago. Os ribeirinhos avistaram a terra desocupada e, a partir daí, alguns pescadores decidiram ocupá-la (MACHADO, 2020). Vale ressaltar também que o início da ocupação da terra ocorre por uma série de reivindicações.

[...] seja pelo direito aos modos de vida, à pesca e inúmeros outros que foram violados com a construção da barragem, mas, sobretudo, está relacionado à condição de acampados que o próprio consórcio, na ocupação ao lado da barragem, lhes considerou. Aos ser descumprida a promessa de concessão de terra, os moradores

decidiram ocupar esta terra para a garantia do direito de acampado (MACHADO, 2020, p. 28).

A comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem já passou por diversas manifestações. Desde a instalação da UHE de Estreito, os acampados realizaram caminhadas que fizeram de Estreito-MA até Araguaína-TO, “[...] passando a acampar em frente à entrada onde hoje se encontra a barragem por um período de aproximadamente um ano e oito meses, quando reivindicavam os direitos do pescador” (MACHADO, 2020, p. 71).

O aspecto histórico está ligado diretamente com os conflitos nas lutas pelos direitos por terra, e fazendo essa ligação é notório que a concepção de lugar, entra nesse estudo devido apresentar características nas suas abordagens como valorização e identidade no território que se encontra a comunidade. A categoria geográfica “Lugar” quando abordada nos estudos humanísticos, é proporcionada como relações de afetividade com determinado território, criando assim, memórias geradas através dos anos. Tuan (1983) ressalta sobre como é formado o sentimento de lugar na vida das pessoas:

se faz de experiências, em sua maior parte fugazes e pouco dramáticas, repetidas dia após dia e através dos anos. É uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar. Sentir um lugar é registrado pelos nossos músculos e ossos (TUAN, 1983, p. 203).

A memória era marcada por experiências e vivências, portanto, a comunidade passa por um pertencimento que perpassa por gerações, e apesar de terem migrado, permanece na memória tudo aquilo que perderam durante o processo de desterritorialização e reterritorialização (MACHADO, 2020). O apego ao estilo de vida proporcionado na beira do rio faz com que os moradores possuam uma ligação ao território ocupado, e assim, encontram-se dispostos a enfrentar todos os embates possíveis para conseguirem seus direitos que foram violentados após a instalação da UHEE.

Outro ponto a ser abordado sobre a comunidade se refere à organização do acampamento. Cada família possui um barracão/casa e nas proximidades do mesmo encontram plantações de frutas e verduras para consumo próprio. Os barracões se localizam nas proximidades do lago onde realizam a pesca, estando os barcos ancorados nas margens, utilizados para a pescaria ou para locomoção para barracões dos moradores vizinhos, que só podem ter acesso através da trajetória no lago.

**Fotografia 1:** Barraco/ casa do Acampamento Coragem



Fonte: Machado (Dezembro/2017)

**Fotografia 2 -** Barcos ancorados



Fonte: Machado (Janeiro/ 2018)

Na fotografia 1, observa-se um barraco/casa de palha de um dos moradores do Acampamento Coragem, nota-se no fundo da casa que possui um fogão a lenha, sendo utilizado para cozimento de alimentos, e ao redor do barracão/casa, nota-se cercado por árvores característica do bioma cerrado. Na fotografia 2, destaca-se o local de ancoragem de barcos, sendo utilizado como porto de onde saem para pescaria. Através das fotografias, percebe-se a organização territorial da comunidade, sendo o lugar de moradia cercado pela natureza, estando os barcos próximos ao barracão, para que com isso, suas atividades de subsistência ocorram em volta do lote em que ocupam.

A organização social e política da comunidade ocorre através da representação de uma das acampadas, aqui chamaremos ela de Dona J, em decorrência da preservação de sua identidade, trata-se de uma mulher negra, lavradora, pescadora e atingida pela UHE de Estreito.

No início da ocupação cada um buscou se organizar em seu espaço e como destacado por muitos deles, ‘cada um por si e Deus por todos’. Após adentrarem no acampamento decidira, se reunir mensalmente a fim de debater sobre questões que os envolviam como um todo, isto é, organização, divisão de lotes, o processo de produção e os processos judiciais que enfrentam para a conquista da terra. Nessas reuniões que decidiram que quem iria representar os moradores (...) em razão da sua militância no movimento (MACHADO; SIEBEN, 2019, p. 284).

As reuniões mensalmente ocorridas pelos ribeirinhos para tratar sobre a organização do território, como a divisão dos lotes, agricultura e até mesmo os processos judiciais, relata muito

sobre a preparação que a comunidade possui para permanecer no local ocupado, uma vez que suas vivências e culturas subsistem às margens do rio.

Vale destacar também o papel do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no qual vem contribuindo para o reconhecimento de comunidades tradicionais impactadas por usinas hidrelétricas. De acordo com Machado e Sieben (2019), o caráter educativo do movimento social (MAB), se dá pela compreensão das demandas que o movimento proporciona e se desenvolve na luta pela terra e a busca da indenização dos povos atingidos.

Nesse sentido, entendemos que o processo educativo do movimento social também ocorre pelo fato da formação política. Entre os atingidos e atingidas do Acampamento Coragem, agregar-se enquanto militantes do MAB ocorre justamente desse processo educativo que acontece dentro do próprio movimento. A partir das caminhadas e acampamentos ocorridos no processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito que muitos dos atingidos protestaram contra a construção da barragem, registrando, dessa forma, a militância e a entrada de muitos no movimento (MACHADO; SIEBEN, 2019, p. 284)

Dessa forma, destaca-se o papel do MAB enquanto ator político e educativo, estando presente no processo de reconhecimento enquanto atingido dos/as acampados/as, assim como, na busca pelos direitos violados pelo empreendimento. A atuação de Dona J é primordial no acompanhamento dos processos judiciais enfrentados pela comunidade, nos desafios e problemáticas a serem sanadas por eles enquanto população ribeirinha, e também, nas demandas em ocupar, produzir e resistir no território.

Em todas as reuniões, encontros e eventos que são promovidos pelo MAB, Dona J(...) participa e leva junto consigo alguns dos moradores, quando possível. Durante as reuniões, ela destaca as principais ações desenvolvidas pelo MAB. Existem outros acampamentos que sofrem na justiça com as ameaças do CESTE, ameaças essas consistidas em retirá-los do território ocupado. Ademais, o movimento tem lutado pelo assentamento de todos estes acampamentos, como o caso do Coragem. Diante disso, pude perceber a importância do movimento dentro do acampamento. Todos os pescadores/as e ribeirinhos/as aumentam suas expectativas acerca do ganho da terra por conta da participação do MAB nesta luta (MACHADO; SIEBEN, 2019, p. 284).

O lugar às margens do rio está presente na memória da comunidade ribeirinha, desde antes da instalação da UHE de Estreito. Portanto, a beira do rio é o lugar que classificamos como seu, portanto, isso influencia na permanência do território. A luta de manter suas vivências e cultura torna-se algo primordial para os acampados. A principal prática ribeirinha, a pesca, é praticada às margens do rio, sendo assim, os acampados associam as suas formas de vida como um fator de identidade (MACHADO, 2020).

Portanto, para uma comunidade ser caracterizada como "ribeirinho/a", está além da localização geográfica às margens de um rio, possui toda uma questão cultural e sociológica. O fator de identidade se dá pela forma que é visto o território onde se ocupa, e que o rio vai além

de uma paisagem, mas de um recurso econômico, garantido através da pesca, como também para uso do lazer, enraizando uma questão social e cultural na comunidade.

[...] este modo de vida peculiar liga-se diretamente à natureza; é sua maneira de viver que permite uma relação harmônica com o seu espaço numa perspectiva sustentável, uma organização social diferenciada da urbana e uma relação econômica não ligada à produção do excedente como exige o capitalismo. É necessário compreender o ribeirinho não só como àquele que vive à margem do rio, mas aquele que respeita o rio, tendo a natureza como subsidiadora de toda sua riqueza material e cultural, riqueza não na acepção capitalista, mas no sentido de valor atribuído individual e coletivamente, de uso material e imaterial (CABRAL, 2002, p. 2).

O ser ribeirinho, a partir da forma como ocorrem suas vivências, vai criando suas culturas e modos de vida. Na narrativa de Cabral (2002) é importante observar a valorização do material e imaterial, portanto, através de uma perspectiva culturalista, é notável a valorização do meio ambiente, que por ser através dele que a comunidade tradicional se denomina como ribeirinhos.

Sendo assim, o processo histórico da comunidade ribeirinha é ocorrido por consequência da formação da UHEE. Tendo a população ribeirinha acampando em um território em disputa, passando estes a enfrentar uma série de embates e alterações em seus modos de vida, entretanto, a resistência por um território rural e ribeirinho perpassa os sentidos de permanecerem ocupando a terra apesar de todas as vulnerabilidades enfrentadas durante o processo de ocupação.

## **2.2 Conflitos Socioambientais da UHE de Estreito: os efeitos da barragem na população acampada**

A sede da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE) se localiza no município de Estreito-MA, enquanto o vertedouro se encontra em Aguiarnópolis-TO. O grande empreendimento foi construído pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE) dirigente social e ambiental da construção da usina em associação com empresas nacionais e multinacionais que são responsáveis pela administração da barragem: Engie do Brasil Energia (40,07%), Vale (30%), Alcoa (25,49%) e InterCement (4,44%)(OLIVEIRA, 2021).

A formação da Usina Hidrelétrica de Estreito teve seu início a partir do ano de 2007, influenciando então um aumento da população de várias regiões do Brasil no município de Estreito (MA), devido ao aumento do mercado de trabalho em decorrência da construção do empreendimento. No ano de 2010 as obras já estavam nas etapas finais para se concluir, dando início então ao enchimento do reservatório, impulsionando então os primeiros impactos em consequência da inundação do rio Tocantins, impactando municípios do Maranhão e Tocantins (OLIVEIRA, 2021).

Em consequência da inundação, tanto as populações localizadas no município como também em maior parte as comunidades tradicionais que vivem nas margens do rio foram prejudicadas pelo impacto. Algo importante a ser relatado está referente ao país utilizar a usina hidrelétrica como principal recurso para gerar energia elétrica, não levando em conta os impactos socioambientais afetados pelos povos atingidos e ao meio ambiente.

A hidroelétrica é o principal abastecimento de energia no país, levando o conceito de “energia barata e limpa”. Vale destacar também que o Brasil é um dos países que mais possuem recursos hídricos apropriados para a construção desses grandes empreendimentos.

As hidrelétricas são responsáveis por mais de 70% do total de eletricidade gerada no país, e, a partir do fato de se tratar de uma fonte renovável supostamente “limpa” e “barata”, além da constatação do Brasil apresentar uma disponibilidade hídrica gigante, criou-se certo “consenso” entre os “planejadores estatais”, pela opção das Usinas Hidrelétricas em vez de outras fontes. Para dar lucro ao grande capital, e manter as classes dominantes no poder econômico, político e social. A partir disso, o Estado vem propagandeando e implantando esse modelo para a geração de energia, incentivando o financiamento de novos projetos (MELO, 2016, p. 22).

Os conflitos socioambientais se apresentam como uma luta entre interesses opostos referentes aos recursos naturais. Na visão de empresários, os recursos naturais são vistos como uma oportunidade para o lucro do capital, essa ambição de apropriação de determinado território em prol do empreendedorismo, causa grandes prejuízos às comunidades que vivem em pontos específicos, como a ocupação às margens do rio. De acordo com Brito (2011, p. 5), “os atores sociais disputam seus interesses e sendo assim entram em conflitos em busca de seus objetivos socioeconômicos”.

O local onde se localiza comunidades tradicionais é voltado para o crescimento econômico, sendo assim, dando início aos conflitos socioambientais (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007). Para os empreendedores, o local onde se localiza a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, acaba se tornando apenas uma localização geográfica para o empreendimento, por não notar a comunidade presente no território, dá-se início a uma série de conflitos socioambientais.

De acordo com Godinho et al., (2016, p. 6), [...] a problemática ambiental e as desigualdades sociais faz com que as comunidades tradicionais se encontrem em estado de risco e vulnerabilidade. [...] A invisibilidade desses riscos é imposta por modelos culturalmente capitalistas”. A exclusão social perpassa o que é enfrentado pela população ribeirinha do Acampamento Coragem, de um lado as empresas possuem o foco no capital fornecido pela construção de barragens, por outro, as comunidades tradicionais que se veem prejudicadas pelos conflitos e efeitos ocasionados pela construção desses empreendimentos.

Diante disso, o conflito ambiental se dá através de expropriações ou de impactos ambientais que impedem comunidades excluídas do projeto de desenvolvimento de manterem suas formas de reprodução socioculturais e socioambientais. Essas comunidades possuem formas diferentes de ver o mundo que as contrapõem aos grandes projetos. São normalmente quilombolas, grupos indígenas, pequenos agricultores, vazanteiros, geraizeiros, caiçaras (GODINHO et al., 2016, p. 8).

É de suma importância destacar sobre questões voltadas sobre os efeitos causados na população acampada. A inundação em grande parte do rio Tocantins provocou putrefação de muitas árvores, como também a morte de muitos peixes<sup>4</sup>. Entre as atividades culturais e profissionais exercidas pelos/as acampados/as, destaca-se a pesca, tendo a sua produção sido afetada drasticamente com a construção da usina.

De acordo com um morador do Acampamento Coragem, ainda foi tentado negociação do CESTE com os pescadores no decorrer da sua construção para que os ribeirinhos pudessem se retirar de suas localidades em consequência de inundações futuras do Rio Tocantins:

Apesar da gente estar velho, ao invés de ficar ruim pra melhor, tá ficando pior. Olha, teve gente que morreu para sair do lago. “O senhor quer quantos para sair desse lago?” Olha, eu não largo esse lago de jeito nenhum. Eu conheço uns dois que já morreram ao negociar. “Não o senhor tem que sair daqui, o senhor recebe o dinheiro ou então você sai”. Mas o caba não saiu e deixaram lá, quando deu fê lá veio água, o rio subindo. Então os filhos chega “pai vamos sair senão vamos morrer afogado”, e o velho disse que não saia, mas senão saísse morria afogado, ou sai ou morre afogado... (A.P, ENTREVISTA ORAL, 23/11/2019).

Para muitos moradores o rio Tocantins atualmente é considerado como um lago devido estar sempre parado, sem demonstração de vida. A barragem, como já dito pelo nome, faz com que a velocidade da água seja controlada para que assim haja a geração de energia. A água ativa as turbinas gerando assim uma energia mecânica. Portanto, nota-se os porquês das águas não se comportarem como eram antes da Usina Hidrelétrica de Estreito.

[...] isso tem muito haver com as condições que o rio se encontra, a queda de produção na pesca, e a baixa qualidade dos peixes trás muito em referência do porquê deles considerarem o rio como um lago. Os lagos são encontrados em depressões cercadas por terras, e geralmente são águas tranquilas. Durante a observação do rio Tocantins, é notório o quanto o rio perdeu sua vida em consequência da instalação da Usina Hidrelétrica de Estreito. O rio Tocantins se encontra em um ponto geográfico de relevo planalto, sendo assim, suas águas deveriam correr, uma característica que mostraria sua imensidão e valor, portanto após a instalação da UHEE, o rio está parado, sem vida, e as características que ele apresenta realmente lembra um lago (DIÁRIO DE CAMPO, 23/11/2019).

---

4 Os impactos da produção pesqueira serão melhor trabalhados no capítulo 3, em especial no subtópico: 3.2 “Se não pescar vai viver de quê ?” : os impactos na produção pesqueira.”

Além da queda de produção pesqueira e o estado no qual o rio se encontra para a comunidade ribeirinha, denominando o de “lago”, ainda pode ser destacado outro fator importante que é narrado pelos moradores, relaciona-se às condições da água do reservatório.

Antes da construção da UHEE, o rio Tocantins encontrava-se em seu estado natural, as águas corriam sem nenhuma intervenção antrópica, assim, os peixes se encontravam em abundância no sistema fluvial, e o mesmo era utilizado para a ingestão dos ribeirinhos localizados nas proximidades, como a pesca. Após a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, o rio inundou em grande parte, impactando a fauna e a flora. Em consequência da construção da barragem, o rio passou a ter mais características de um lago, por não se encontrar mais em água corrente. Na fotografia 3 e 4 apresento o antes e depois do rio Tocantins, destacando inundações em grande parte do território fotografado via satélite.

**Fotografia 3 e 4 - Rio Tocantins nos anos de 2005 e 2020**



Fonte: Google Earth - Amario (Junho/2022)

Como podemos observar, nas fotografias 3 e 4 retiradas via satélite pelo recurso tecnológico *Google Earth*, antes da barragem, o rio Tocantins não apresentava nenhuma característica de inundação no território, diferentemente do ano de 2020. Após a construção da barragem, é notável na fotografia 4 a inundação em grande escala, proporcionando morte imensa de peixes, e putrefação de árvores. O sistema fluvial do rio Tocantins do ano de 2020 quando já está caracterizado como lago, a inundação provocada pela barragem é o principal fator a ser destacado. Também nas narrativas dos acampados, questões como o mau cheiro da água são mencionadas por eles como uma problemática a ser enfrentada.

Nos relatos das entrevistas, muitos dos moradores destacam sobre o incômodo que a água estava causando: “Vocês podem ir lá, colocar a mão na água e cheirar... então me respondam uma pergunta, água fede? [...] fedendo catinga de coisa podre, só do peixe que está sendo triturado lá toda hora.” (s. J, ENTREVISTA ORAL, 27/11/2019). Na fala do ribeirinho, é citado sobre a questão da trituração dos peixes. Quando o peixe é sugado pelo duto, levando-o até a usina hidrelétrica, acaba sendo triturado pelas hélices quando estão acionadas. Portanto, o motivo do mau cheiro da água atualmente se dá devido principalmente ao barramento da barragem. Diferente de um rio de água corrente, o lago se encontra em estado pastoso, e por consequência da inundação após a construção da barragem, ocorrendo então a putrefação de árvores, se o peixe ficar muito tempo no lago, ele apodrece, o despescar tem que ser feito logo ao nascer do dia, sendo a rede colocada no lago ao entardecer.

A mudança do rio para lago, a putrefação das árvores e apodrecimento dos peixes, também pode ser considerado o motivo pelo qual a água do lago não ser utilizada para o consumo dos/as acampados/s. Atualmente os ribeirinhos têm que trazer a água de Estreito-MA para consumo próprio, em consequência da putrefação de árvores, apodrecimento de peixes e também por não ser uma água corrente, influenciando a permanência de produtos químicos provocados pela putrefação das árvores.

Na Fotografia 5 é possível notar muitas árvores em estado de putrefação. Antes da barragem, o local onde se encontram essas árvores não era submerso. O impacto ambiental teve origem após a construção da barragem, a grande presença de troncos de árvores também problematizou a navegação da comunidade ribeirinha. Durante a aula de campo<sup>5</sup>, tivemos que atravessar o rio Tocantins para chegar até o Acampamento Coragem, sendo assim, no percorrer

---

<sup>5</sup> A aula campo ocorreu em 23 de novembro de 2019, proporcionada pela disciplina de Geografia da População dos professores Dr. Airton Sieben e também Ms. Laylson Mota Machado. Saímos pela manhã da Universidade Federal do Tocantins (UFT), atualmente Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) Campus Cimba, com uma média de 19 (dezenove) acadêmicos de Geografia. Também nos acompanharam na viagem a professora Ms. Mariane e professora Ms. Marta.

da viagem nas voadeiras<sup>6</sup>, foi notável toda a trajetória que os moradores tiveram que fazer evitando com que o barco passasse próximo das árvores.

### Fotografia 5 e 6: Árvores em estado de putrefação



Fonte: Machado (Dezembro/ 2017).

Outro ponto também está referente à pesca, os acampados relataram que em muitas vezes a rede de pesca fica presa nas árvores, ocasionando no seu rompimento, causando com isso, dificuldades e danos financeiros nos aparatos profissionais da pesca.

Além dos desafios da pesca, outro desafio enfrentado pela comunidade está referente a delimitação do local para a realização da plantação de frutas e legumes. Com a proibição da plantação nas vazantes, por se localizar nas Áreas de Preservação Permanente (APP), a comunidade sentiu dificuldades no plantio em outros locais devido o solo não ser fértil.

Depois do lago a medida é só até 30 metros, o negócio é que eles compraram pra eles .. E você fica, igualmente eles compraram dos fazendeiros e não pagaram. É que nem o fazendeiro ali disse, ele disse: olha eles compraram nossa área aqui, daqui eles mediram aqui oh, tem um coisa enfiado de cimento onde é deles , ai eles mediram pra cá mais 100 metros , ai esses 30 metros é o que eles diz que é da marinha, que é a área da APP... Ai depois a gente descobriu porque é deles porque essa área de 100 metros, porque às vezes o cara fica de 100 metros pra trás de chapada mas num dá nada, e a área é deles e eles faz o que eles quer.. Porque eu vi aquele cara que trabalha lá com as câmeras que filma , me perguntando se eu conhecia a área de frente a barragem lá, porque não? Porque eles estão loteando para vender. (A. P, ENTREVISTA ORAL, 23/11/2019).

<sup>6</sup> A voadeira trata-se de uma embarcação movida a motor, com estrutura e casco de metal, geralmente alumínio. Largamente utilizada no transporte fluvial e em pescarias. A voadeira é adaptada apenas para águas como: rios, lagos, lagoas, áreas alagadas e represas (EDUCALINGO, 2022).

Na narrativa do acampado A.P, é relatado sobre a questão da delimitação de uso para plantação, o ribeirinho relata sobre os desafios para plantio no solo arenoso do cerrado por consequência das vazantes serem consideradas como uma área de preservação permanente, sendo proibido então o uso da mesma.

As Áreas de Preservação Permanente (APP), de acordo com a lei nº 12.651/2012, é um local protegido pela vegetação nativa da região, com o intuito de proteger os recursos hídricos, paisagem, estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico da fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (EMBRAPA, 2022). Entretanto, a APP entra como um empecilho para o proveito das terras para a agricultura da comunidade ribeirinha, como por exemplo, o uso das vazantes. Sendo assim, esse fator acabou interferindo nas atividades profissionais dos acampados, devido plantarem em épocas em que o rio baixa seu nível, e assim, se encontra o solo em boas condições para a plantação de frutas, vegetais e grãos (MACHADO, 2020).

Outro fator importante que pode ser considerado são as problemáticas com o fazendeiro que se localiza próximo do acampamento. Pelos ribeirinhos não possuem uma documentação do território onde se localizam como proprietários, o fazendeiro vizinho não deixa a comunidade ter acesso a estrada da fazenda onde dá acesso ao município mais próximo (Palmeiras do Tocantins), dificultando o transporte da população acampada. A comunidade ribeirinha teve dificuldade para conseguir falar com o proprietário da fazenda para terem o direito de passar pela estrada: “Eu fui cinco vezes nessa fazenda procurar, porque o que eu queria do fazendeiro, era só ele me dar o direito de ir e vir porque eu queria que meus filhos estudassem aqui no município né, aí eu queria o direito de ir e vir”. (J.S, ENTREVISTA ORAL, 23/11/2019).

As dificuldades que os acampados possuem para conseguirem seus direitos relacionam-se com o não reconhecimento das comunidades tradicionais enquanto população atingida, tanto por parte das empresas responsáveis pela UHEE como também dos fazendeiros. Seus direitos são violados, prejudicando o seu acesso a políticas públicas como postos de saúde, escolas para seus filhos e a compra de alimentos.

Ameaça, não, não tivemos nenhuma ameaça, mas também não nos deram acesso porque pra eles nós somos invasores. “Vocês são invasores e não podem passar aqui, um dia que vocês se legalizarem, sim! Aí nós vamos falar sobre a estrada, antes disso não”. Não foi também o fazendeiro gente, foi o gerente, fazendeiro não consegui me encontrar com ele... (J.S, ENTREVISTA ORAL, 23/11/2019).

O não reconhecimento das comunidades tradicionais enquanto atingidos, faz com que muitas pessoas em determinados momentos acabam optando pelo preconceito, e devido a isso,

seus direitos são negados e em muitos momentos serem irreconhecíveis. De acordo com Ferreira e Felício (2021), é necessário aprofundar os conhecimentos sobre comunidades tradicionais, respeitando-os e agindo melhor para romper os preconceitos historicamente enraizados na sociedade, para que assim, saibam que essas comunidades estão acima de uma ótica capitalista. Sendo assim, é preciso ter uma organização para construir novos territórios livres, como também pessoas conscientes para que não se sintam seduzidas para dominar seus companheiros e aliados.

Dessa forma, os conflitos socioambientais em muitos momentos estão relacionados às formas como são apropriados os territórios. O uso descontrolado dos recursos naturais pelo capitalismo acaba provocando impactos ambientais que recaem sobre comunidades tradicionais, alterando suas vivências e a cultura. O profundo avanço do capitalismo sobre os recursos naturais demonstra que esses conflitos não são nada menos do que a luta dessas comunidades pela sobrevivência, pelo direito ao trabalho e à preservação da cultura (ARAÚJO et al., 2019).

Por meio disso, nota-se a importância do reconhecimento de povos atingidos por impactos socioambientais. Quando a pesquisa se relaciona com o campo de estudo, conflitos sociais em muitos momentos se dão pela hegemonia do capital. A construção da UHE de Estreito foi o ponto de partida que envolveu as problemáticas tanto da luta pelo território, como também os impactos ambientais. Tais conflitos vêm se tornando cada vez mais comuns, considerando o fato de que os argumentos de empresas que investem em grandes empreendimentos em muitos momentos procuram fatores para justificar a causa, no caso da UHEE, uma “energia limpa” para sustentar vários municípios do Maranhão e Tocantins. Entretanto, estudando mais adentro o campo de pesquisa, é possível notar os conflitos socioambientais enfrentados por comunidades tradicionais, e que o conceito do acúmulo de capital vem cada vez mais rompendo com a cultura de povos e impactando cada vez mais a fauna e a flora.

### **2.3 O Ensino da Geografia e as comunidades ribeirinhas**

O curso de licenciatura em Geografia, quando se faz relação com o que aborda nas suas categorias geográficas como lugar, território e territorialidade nota-se que são temas no qual são estudados tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. O presente trabalho ressalta questões como o reconhecimento de identidades de comunidades tradicionais e toda a trajetória para conquista dos seus direitos. Muitos dos conflitos que é abordado na monografia trás questões voltadas a hegemonia de empresas privadas que não possuem conhecimento

sociocultural. Sendo assim, já nos anos iniciais, as crianças já começam adquirir conhecimento sobre questões voltadas para o reconhecimento de identidades:

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, busca-se ampliar as experiências com o espaço e o tempo vivenciadas pelas crianças em jogos e brincadeiras na Educação Infantil, por meio do aprofundamento de seu conhecimento sobre si mesmas e de sua comunidade, valorizando-se os contextos mais próximos da vida cotidiana. Espera-se que as crianças percebam e compreendam a dinâmica de suas relações sociais e étnico-raciais, identificando-se com a sua comunidade e respeitando os diferentes contextos socioculturais (BRASIL, 2020, p. 364).

Desde os períodos iniciais, através dos ensinamentos da Geografia ensinados pelo docente, as crianças já começam a ter uma aprendizagem voltada para questões de reconhecimento socioculturais, com o uso de brincadeiras com estratégias didáticas, construindo uma nova perspectiva de relações sociais e étnico-raciais. Os estudos de reconhecimento de território, no 4º ano do Ensino Fundamental 1, são abordados nos objetos de estudos “Territórios étnico-culturais”, trazendo abordagens sobre identificação de territórios de comunidades tradicionais:

(EF04GE06) Identificar e descrever territórios étnico-culturais existentes no Brasil, tais como terras indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos, reconhecendo a legitimidade da demarcação desses territórios (BRASIL, 2020, p. 377).

Apesar da habilidade ter como foco os povos indígenas e quilombos, a habilidade também pode ser aplicada a povos ribeirinhos. Esse apontamento se torna importante devido à população acampada não ser considerada para muitos dos empreendedores e fazendeiros como ribeirinhos. As comunidades tradicionais se tornam importantes desde os primórdios da ocupação do Brasil. Antes mesmo da chegada dos portugueses o Brasil era habitado por populações indígenas, sendo assim, o país é marcado por uma mistura de povos que apreciam a cultura e estilo de vida tradicional. Uma nação em que todo o território é caracterizado pela diversidade cultural, tornando assim, importante o reconhecimento dessas identidades que são uma das principais referências do reconhecimento do povo brasileiro.

No Ensino Fundamental 2 a habilidade (EF07GE03) estudos sobre reconhecimento de identidade também são abordados. O objeto de conhecimento que trata essa temática é “Formação Territorial do Brasil”:

(EF07GE03) Selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades (BRASIL, 2020, p. 389).

O objeto de estudo tem como foco o reconhecimento de territorialidades voltadas para povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e caiçaras. Um ponto interessante a ser considerado nesta habilidade é a questão sobre o reconhecimento dos direitos legais dessas comunidades.

Sendo assim, pode ser destacado sobre a questão do aluno adquirir conhecimento sobre comunidades tradicionais e assim solucionar argumentos sobre questões voltadas às problemáticas que esses povos enfrentam, com o intuito do reconhecimento de território, cultura e modos de vida.

O reconhecimento de identidades culturais de acordo com o ensino abordado pelo professor, é confirmado em (BRASIL, 2020, 364-365), ressaltando sobre os estudos nos anos finais do ensino fundamental:

No Ensino Fundamental – Anos Finais, espera-se que os alunos compreendam os processos que resultaram na desigualdade social, assumindo a responsabilidade de transformação da atual realidade, fundamentando suas ações em princípios democráticos, solidários e de justiça.

Sendo assim, o reconhecimento de comunidades tradicionais muitas vezes é excluído perante a sociedade, levando a assumir responsabilidades para que a problemática seja solucionada, baseada em objetos de estudos nas escolas, para que assim, futuramente essas pessoas possam cada vez mais viver uma democracia, respeitando-os. De acordo com Brasil (2020), a construção de argumentos com base em informações geográficas, se torna importante devido defender e debater ideias com um ponto de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental.

No Ensino Médio, também são abordados temas voltados para questões de cultura e território. Brasil (2020) ressalta que a sociedade no qual faz parte um indivíduo, consiste em um grupo pertencente a um território, com uma organização baseada em normas de conduta baseadas nas suas especificidades culturais. Dessa forma, a construção da vida de uma comunidade em um determinado território estabelece interações e relações sociais com outros indivíduos, construindo conhecimento e saberes, fruto de tradições tanto físico-naturais, como simbólico naturais. Tais apontamentos possuem muita relação com a afeição que a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem possui com o Rio Tocantins.

Essa percepção pode trazer a categoria lugar nas escolas como objeto de estudo no qual é abordado pelo professor. O valor de um local, trazendo percepções de memória e identidade, indo mais além do que um ponto geográfico faz com que possua características dessa categoria geográfica. O objeto de estudo “possibilita aos estudantes compreender os processos identitários marcados por territorialidades [...] possibilitando a sua transformação e a do lugar em que vivem”. (BRASIL, 2020, p. 552-553).

Ressaltando sobre questões voltadas para impactos econômicos e socioambientais, a competência específica 3, abordada nos estudos das ciências humanas, observa-se que no Ensino Médio é importante que o aluno consiga compreender questões sobre:

Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global (BRASIL, 2020, p. 562).

Ressaltando sobre a temática de impactos econômicos, pode levar em referências a própria queda de produção pesqueira no qual a comunidade ribeirinha possui como sua alimentação principal, como também vendas de peixes para a compra de gasolina e outros mantimentos.

Os impactos socioambientais, cujo também é abordado na competência 3 do Ensino Médio, também se torna importante na aprendizagem dos alunos, uma vez que após adquirir os conhecimentos da competência, irá ter uma nova perspectiva da hegemonia do capital, voltados para a invisibilidade de comunidades tradicionais fazendo com que gere toda uma sessão de conflitos judiciais, disputa por terras e impactos ambientais.

Conclui-se que toda a pesquisa se trata de assuntos voltados para a categoria geográficas incluídas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como: Lugar, Território e Territorialidade. Uma vez que os alunos adquirirem conhecimento sobre as categorias, terão uma visão diferente do mundo ao seu redor. Em uma sociedade em que o capital prevalece, em muitos momentos o reconhecimento de povos tradicionais se passa despercebidos, sendo assim, prejudicados. Nota-se então que tanto as competências desde o Ensino Fundamental nos anos iniciais, e os conhecimentos específicos abordados do Ensino Médio, já é possível ver toda uma construção de um sujeito que possua o reconhecimento de identidades.

Os temas abordados pelo professor dentro da sala de aula sobre as categorias geográficas poderão gerar todo um debate com o intuito dos alunos exercitarem um pensamento crítico e poderem ter argumentos sobre questões de cultura e território. Com isso, o conhecimento da temática estará presente na vida do estudante, e assim, futuramente poderá se posicionar a questões de comunidades tradicionais, respeitando seus modos de vida, e gerando uma sociedade mais respeitosa e democrática, livre de qualquer preconceito.

### **3 A RETERRITORIALIZAÇÃO E A ADAPTAÇÃO NO TERRITÓRIO OCUPADO**

As modificações e mudanças territoriais enfrentadas pela população ribeirinha são os objetivos de debate deste capítulo. Os processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (T.D.R), estão presentes nos conflitos enfrentados pelas comunidades atingidas por barragens, com isso, busca-se apresentar como os/as acampados/as enfrentaram esses processos de expropriação. Destacando como a memória e as percepções do lugar alagado implicam nas demandas de luta e resistência atualmente enfrentada no Acampamento Coragem, tendo em vista a relação do/a pescador/a com o rio Tocantins, enfatizando as memórias que são carregadas pela população ribeirinha do território alagado. Dessa forma, a luta pela terra e toda modificação nos modos de vida ribeirinho enfrentados contra os empreendedores da usina, e todo o processo de resistência na permanência na terra implicam nas questões de adaptação no território ocupado.

#### **3.1 Os processos T.D.R na construção de barragens**

Para que ocorra a construção de uma barragem, primeiramente a de ter toda uma questão voltada para o licenciamento ambiental. É avaliado todo o território onde será construído o empreendimento, tanto o nível de impacto ambiental, como também o prejuízo que irá trazer a comunidades próximas dos rios. Para os empreendedores, a construção de usinas hidrelétricas vem com o conceito de fornecer a população “energia limpa<sup>7</sup>” e assim, trazer desenvolvimento econômico para o país. A construção da barragem de Estreito impactou 12 municípios: Carolina e Estreito, no estado do Maranhão, Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra de Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins, no Estado do Tocantins, alagando uma área de 400 km<sup>2</sup> (MACHADO, 2020).

A localização anterior pode ser denominada como “territorialização”, ou seja, o antigo território onde a comunidade ribeirinha se localizava. Após a construção da barragem, como já dito anteriormente, foi quando deu início a “desterritorialização”, o rio Tocantins começou a inundar nos pontos de pesca utilizados pelos/as pescadores/as, obrigando assim os ribeirinhos a saírem do território. A construção da barragem e a inundação em grande parte do rio foram a problemática inicial para dar início a desterritorialização.

---

<sup>7</sup> Segundo Branco (2004) apud Machado (2019), as hidrelétricas são classificadas como forma de gerar energia limpa devido não produzir fumaça, monóxido de carbono, óxidos de hidrogênio ou de enxofre, como também não gerar resíduos radioativos. Entretanto, por causa do represamento da água durante o surgimento do lago, por não terem desmatado a área na qual seria atingida, ocorre o alagamento de árvores, passando então por um processo de putrefação, o que acaba ocasionando em resíduos tóxicos a água, prejudicando no desenvolvimento da pesca.

Se a desterritorialização existe, ela está referida sempre a uma problemática territorial - e, conseqüentemente, a uma determinada concepção de território. Para uns, por exemplo, desterritorialização está ligada a fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais - o território aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada a hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas - o território aí é sobretudo um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades (HAESBAERT, 2019, p. 35).

De acordo com Haesbaert (2019), a citação acima aborda questões voltadas para problemáticas de reconhecimento de identidades claramente definidas. A Usina Hidrelétrica de Estreito, no decorrer de sua construção, não foi notável a visibilidade da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, sendo assim, após a construção, a comunidade tradicional teve que se reterritorializar em um novo território. De acordo com Oliveira (2021), os ribeirinhos acharam na reterritorialização, uma alternativa para continuarem exercendo suas práticas ribeirinhas. Com isso, a reterritorialização pode ser entendida como o processo no qual a comunidade encontra de se fixar territorialmente. Vale destacar também que na reterritorialização, o local ha de possuir características do antigo território, para que a comunidade continue exercendo seus modos de vida.

Os impactos ambientais provocados pela UHEE também afetaram a comunidade ribeirinha, isso se dá pelo fato da queda de produção pesqueira, plantio, e pelas péssimas condições que o rio se encontra atualmente. Sendo assim, quando se ressalta sobre questões tradicionais para a manutenção e sobrevivência a um determinado território, isso tem muito a ver com os traços identitários da população com o território. “A maior estabilidade física em um local ou região pode-se fazer com que se mantenha ainda um certo grau de territorialização em um nível mais simbólico.” (HAESBAERT, 2019, p. 335).

Conforme o fluxograma 1, nota-se a ligação que o processo T-D-R se encontra, e tais concepções possui muita relação com o que está sendo trabalhado, voltado para as questões da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, que vai desde os primeiras problemáticas enfrentados pelos ribeirinhos após a construção da barragem, fazendo com que tivessem que sair do seu antigo território até o processo de adaptação ao novo lugar, que apesar de possuir características ao antigo, os acampados ainda tiveram que se adaptar a condições precárias, tanto relacionado a pesca como também a agricultura.

### **Fluxograma 1 - Processo T-D-R**



Fonte: Amario (2022).

Os conceitos e ligação do processo T-D-R como observado no fluxograma, são confirmados nos estudos de Saquet (2013, p. 163): “os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização estão ligados, complementam-se [...]”. A construção de usinas hidrelétricas pode ser destacada como um dos principais fatores para que ocorra a desterritorialização, como por exemplo, das famílias ribeirinhas do Acampamento Coragem. Esses grandes empreendimentos chegam nessas famílias como algo que irá trazer progresso, e assim, beneficiá-los, o que de fato, não é algo que acontece (MACHADO, 2020).

Devido aos impactos ambientais proporcionados pelo grande empreendimento, faz com que os acampados procurem um local que tenha relação com o território anterior para continuarem exercendo seu modo de vida. Portanto, em muitas vezes o local se encontra em condições precárias, fazendo com que a comunidade ribeirinha tenha que se adaptar ao novo território. Entretanto, quando se trata sobre benefícios as comunidades tradicionais, o modo de vida ribeirinho está muito além do que uma questão financeira, como por exemplo a indenização. A adaptação ao novo território, trazendo características do local com o anterior, ressalta muito sobre vínculos afetivos.

As UHEs não permitem uma reterritorialização dos vínculos afetivos e das impressões territoriais; elas apenas pagam uma determinada quantia de valor em dinheiro, que supre apenas o esforço físico, mas que jamais vai repor as expressões e criações que existiram na vida dessas famílias atingidas. Essas não possuem valor econômico, mas

sim o campo afetivo dos esforços dedicados à construção do seu modo de vida (FOGAÇA, 2007, p. 14).

O processo de reterritorialização vai muito além de uma simples transferência de um local para outro. Ela mexe com os sentimentos que são únicos, agride a privacidade, transgride a liberdade e sobrecarrega o sentimento de perda que vem se acumulando por muitos anos. A reterritorialização pode ser considerada como a recuperação de vínculos territoriais. O sentido real de diversas famílias que são territorializadas em locais que se encontram em relação ao anterior está na memória e no lugar que irá ressurgir (FOGAÇA, 2007).

A desterritorialização e reterritorialização possuem complexidades na comunidade ribeirinha quando se trata da característica do modo de vida no qual irá ser proporcionado ao novo território. Centros urbanos não irão resolver a problemática no qual os moradores se encontram. Sendo assim, a localização nas proximidades no rio Tocantins demonstra qualidades de identidade da população.

Nota-se então que quando estudado o processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização, nem sempre a comunidade que perpassa por esse processo se mantém com as mesmas vivências relacionadas ao antigo território. A Desterritorialização quando relacionamos aos embates enfrentados pelo/as acampados/as, aborda questões como luta por um lugar que possua características ao antigo local de suas vivências. A Desterritorialização leva muito a questão da adaptação, porque nem sempre o novo território irá possuir características do antigo. Sendo assim, os processos T-D-R possuem empecilhos que em muitos casos não são notáveis quando não estudados, sendo importante então o seu reconhecimento, devido mostrar as problemáticas que em muitas vezes são enfrentadas por comunidades tradicionais.

### **3.2 A memória e a percepção de lugar: a afeição dos acampados com o Rio Tocantins**

A memória e a afeição da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem com o rio Tocantins, trazem questões voltadas para a saudade. Depois da construção da UHEE, o rio Tocantins nunca mais se encontrou nas mesmas condições de antes da barragem. O impacto ambiental na comunidade lhe traz atualmente memórias de afetividade. A percepção de lugar quando estudada na categoria geográfica, aborda-se questões de valorização de um determinado ponto específico em que pessoas tendem a compartilhar sentimentos e memórias.

Depois da construção da UHEE, os acampados tiveram que passar por um processo de recriação de sua memória afetiva. Essas recriações memoriais se dão em prol da valorização de seu território.

Os grupos locais, colocados sobre a possibilidade de usurpação de suas terras a partir da implantação de projetos industriais, fazem emergir discursos de valorização de seu território, de composição de sua identidade, de resgate e recriação de sua memória coletiva (TEIXEIRA, 2005, p. 25).

Quando se relaciona essa abordagem com os embates enfrentados pelos ribeirinhos, a questão está voltada para a valorização de identidade, fazendo com que os moradores, apesar de terem memória afetiva de seu antigo território, pode-se adaptar ao novo local onde se encontram, trazendo perspectivas de novas memórias e vivências, relacionando com as práticas ribeirinhas que exerciam. O apego às memórias e ao lugar que possua características que continuem exercendo seus modos de vida, destacando principalmente o rio Tocantins, faz com que a comunidade ribeirinha tenha afeição pelo território alagado.

O rio é o principal fator que lhe atribuiria memória. Essa afeição é bastante citada pelos acampados, durante as entrevistas realizadas na aula campo, uma pescadora ressalta que sempre exerceram práticas ribeirinhas: “Apesar da gente sempre estar nessa rotina. Sempre foi de roça mesmo, foi na margem do rio Tocantins, foi abaixo, agora estamos acima da barragem, foi nessas idas e voltas” (D.L, ENTREVISTA ORAL, 27/11/2019). O modo de vida na beira de rios através dos anos, como dito pela acampada, consolida a memória. O estilo de vida construído com o passar do tempo em locais que foram gerados o sentimento de lugar por comunidades tradicionais, pode proporcionar sentimentos de saudade quando saem do seu antigo território, ainda mais quando são contra as suas vontades.

De acordo com Machado (2020), o valor proporcionado pelos recursos ambientais sempre estiveram juntos no decorrer de toda a história da comunidade ribeirinha. Todas as atividades exercidas pelo rio se deram pelas práticas ribeirinhas. Tais narrativas geram afetividades com aquilo que a terra e o rio lhes proporcionam, representando um valor imaterial.

O rio Tocantins é o principal recurso natural, devido proporcionar à comunidade ribeirinha meios de subsistência. Nas narrativas dos/as acampados o rio destaca-se pela sua importância e relação imaterial que a população tem com esse recurso, traçando seus modos de subsistência e existência ao que produzem a partir do que o rio lhe oferece. Na percepção dos acampados, à beira do rio é a única forma que eles possam viver, conforme afirma à pescadora: “tudo é do rio, vive do rio”. (D.M, ENTREVISTA ORAL, 23/11/2019). Sendo assim, a afeição ao rio Tocantins se dá pela continuidade de exercer suas práticas ribeirinhas:

O sossego, a produção e a realização em estar na beira do rio e de continuarem exercendo suas atividades culturais e profissionais perpassam narrativas de resistência e subsistência. Com isso, as percepções de lugar e memória do território alagado estão presentes em seus relatos, tendo em vista que a fixação de uma nova territorialidade ocorre através daquilo que o lugar significa para estas comunidades (MACHADO, 2020, p. 99).

De acordo com Tuan (1980), a consciência do passado tem muito a ver com o amor pelo lugar. Para intensificar a lealdade pelo lugar, as comunidades tradicionais quando demonstram suas afeições pelo local, recorrem aos laços com a natureza e suas histórias que tiveram no território. Isso se comprova na fala dos moradores quando ressaltam o antes e depois do rio Tocantins voltado para questões da pesca: “Ficou mais escasso, em comparação né, porque às vezes a pessoa gastava pouco e produzia mais, hoje gasta mais e produz menos.” (s.J, ENTREVISTA ORAL, 23/11/2019). A fala do pescador é referente há como ficou a pesca antes e depois da construção da barragem. Uma época em que a comunidade não estava passando por embates voltados para questões socioambientais, e podiam utilizar o rio Tocantins, sem intervenções de empresas em prol de grandes empreendimentos, e a fartura que se encontrava a pesca devido o rio não ter passado por impactos ambientais em consequência da barragem.

Tuan (1980) ressalta que essas questões de vida fora de zona urbana, se dão através dos enraizamentos com o local:

Sua vida está atrelada aos grandes Ciclos da natureza; está enraizada no nascimento, crescimento e morte das coisas vivas; apesar de dura, ostenta uma seriedade que poucas outras ocupações podem igualar. De fato, pouco se sabe sobre as atitudes dos agricultores para com a natureza. O que existe é uma vasta literatura, em grande parte sentimental, sobre a Vida rural, escrita por pessoas com mãos sem calosidade (TUAN, 1980, p. 113).

Entretanto, quando são abordados estudos mais profundos, podemos dizer sobre tudo que é vedado aos olhos de grande nível das populações. A relação afetiva e cultural da comunidade ribeirinha com o rio Tocantins dá uma visão territorial de significados ao território da população acampada. A maioria dos ribeirinhos do Acampamento Coragem seguiram a profissão de seus pais, tornando-se pescadores e pescadoras, exercendo assim a profissão da pesca e conhecendo o rio como ninguém. Através deste apontamento, é notável o quanto o rio Tocantins se torna importante para a comunidade ribeirinha (MACHADO, 2020).

Portanto, pelo rio Tocantins ser o principal meio de subsistência, torna-se então um lugar a ser defendido. As afetividades vão se formando através do que o lugar proporciona às populações, formando laços que permeiam as suas histórias de vida. As memórias de quando as redes de pesca saiam cheias de peixes faz com que os/as ribeirinhos/as tenham resistência ao território para que assim, não perca suas essências de pescadores e pescadoras. Embora o rio se encontre bastante impactado devido à construção da UHEE, o passado presente nas memórias

dos acampados não faz com que queiram se reterritorializar em centros urbanos, onde o modo de vida é totalmente diferente do qual eles exercem.

### **3.3 Resistências: a luta pelos direitos ribeirinhos**

A resistência da luta pela terra se deu pela busca de modos de vida dignos da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem que sofreram devido à construção da Usina Hidrelétrica de Estreito. Essa resistência se dá pelo fato dos/as acampados/as continuarem exercendo seu modo de vida, como pesca e a plantação. Sendo assim, devido aos laços de afetividade com o território, a comunidade se encontra em resistência na luta pelo local.

A resistência é uma força, uma energia, um instrumento de controle de uma realidade difícil que nasce do fato de que não renunciamos facilmente a algo que aparentemente nos traz benefícios. É preciso ver os membros do grupo e o grupo como um processo em ação multidirecionada na qual todas as direções são possíveis, desde que promovam o bem-estar do grupo e de seus membros. A resistência não surge como algo contra o indivíduo ou grupo, mas algo do indivíduo ou do grupo ou de ambos (RIBEIRO, 2007, p. 77).

A comunidade ribeirinha busca resistir às ameaças de despejo e a perda da terra que tanto lutam desde 2015. Entretanto, pela terra ainda se encontrar em processo judicial, a população acampada continua resistindo e ocupando-a, e exercendo suas práticas ribeirinhas (OLIVEIRA, 2021). Em uma entrevista com uma pescadora, ela destaca os fatores enfrentados na luta pela terra, como também a valorização do território: “porque é uma luta muito grande. Nós estarmos aqui lutando por esse pedacinho né que pra nós é muita coisa, para quem nunca teve nada, o pouco é muito, é aqui que a gente está.” (d.J, ENTREVISTA ORAL, 23/11/2019).

Apesar do Acampamento Coragem não proporcionar uma das melhores condições de vida a comunidade ribeirinha, em razão dos conflitos socioambientais da UHEE, nota-se na fala da moradora o quanto o território tem significado para eles. Os laços de afetividade pelo lugar podem ressaltar muito dessa fala da moradora. Sendo assim, a resistência pelo território se encontra como uma alternativa para que não perca o território, e continuem exercendo suas práticas ribeirinhas.

A resistência é recorrente nos processos de ocupação territorial, como as realizadas pelas populações atingidas pelas barragens que buscam alternativas de subsistência em territórios de disputa, como a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem que, atualmente disputa a conquista da terra contra os empreendedores da usina. A resistência sempre esteve presente nos conflitos das populações tradicionais em lutas pela terra, nesse contexto, destacam-se as narrativas dos acampados que resistem na luta pela terra que hoje ocupam (MACHADO, 2020, p. 113).

De acordo com Melo (2016), a resistência da luta pela terra contra proprietários latifundiários quando olhado em um contexto histórico de famílias que não se encontram

notáveis, acaba tornando-se algo comum para muitas pessoas devido ao grande número de conflitos em toda a história.

A resistência tornou-se algo cada vez mais recorrente na vida dos moradores do Acampamento Coragem. Um exemplo são as manifestações em reivindicações em que a população acampada esteve presente em prol seus direitos por terra e luta para manutenção do seu modo de vida:

As formas de resistir perpassam suas narrativas mesmo no início da construção da barragem de Estreito. Muitas ocupações e manifestações foram realizadas na época da implantação da UHEE, com destaque à ocupação em frente ao canteiro de obras e a caminhada que realizaram de Araguaína a Estreito, vistas como formas de lutar pelo direito do pescador e resistir contra a construção do empreendimento (MACHADO, 2020, p. 113).

As manifestações ocorreram em agosto de 2010, e foram vistas como forma dos pescadores resistirem à construção do empreendimento (MACHADO; SIEBEN; ALMEIDA, 2021).

[...] durante 10 dias, os manifestantes caminharam pela rodovia federal para reivindicar seus pleitos [...]. Ao chegarem a Estreito, os manifestantes trancaram por algumas horas a ponte que liga os estados de Tocantins e Maranhão, e em seguida acamparam no canteiro de obras, participando de negociações com o consórcio construtor e o governo federal (COVER; SANTOS, 2021, p. 142).

O acampamento com as famílias de todos os atingidos pela UHEE permaneceu em Estreito-MA até o ano de 2011. Posteriormente, uma parte das famílias que não tiveram seus direitos garantidos, decidiram se juntar a um acampamento por reforma agrária, em associação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Luzinópolis-TO. No ano de 2012, os acampados decidiram retornar aos seus municípios que se localizavam nas proximidades da beira do rio Tocantins (COVER; SANTOS, 2021).

Apesar da construção da UHEE ter tido início em 2007 e sua inauguração em 2012, o discurso referente ao grande empreendimento se deu início há uma década. Já se passaram mais de 10 anos entre a apresentação dos impactos ambientais que poderiam provocar as comunidades tradicionais, audiências, liberação por parte das autoridades, levantamentos para indenização dos atingidos, construção e inauguração da obra (COVER; SANTOS, 2021). Portanto, quando se observa todo o processo ocorrido no início da construção da UHEE, é notório que as empresas responsáveis tinham conhecimento da localidade dos ribeirinhos nas proximidades do rio Tocantins. Um morador ressalta que teve uma conversa com um dos empregados da UHEE, questionando sobre a invisibilidade dos pescadores nas construções desses empreendimentos:

E ai eu fui perguntando para ele, porque eles fizeram um empreendimento daquele tamanho e esqueceram do pescador. Então ele disse que não; “não foi esquecido pescador e nem o ribeirão.. alguém que estava administrando vocês que não soube enxergar vocês.” Isso que ele falou, e não falou mais porque não pode falar(s.J, ENTREVISTA ORAL, 23/11/2019).

Apenas a partir de 2008 que a comunidade ribeirinha foi reconhecida como atingida, através de muitas lutas e reivindicações. “[...] estes trabalhadores conquistaram, em âmbito nacional, o reconhecimento da categoria de pescador como “atingido<sup>8</sup>” (ROCHA, 2016, p. 51). Vale destacar também um decreto assinado pelo ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, que considera o pescador como atingido. De acordo com o Diário Oficial da União Art. 1º, decreta:

Art. 1º Fica instituído o cadastro socioeconômico, como instrumento de identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica (BRASIL, 2010, p. 2).

Apesar do decreto com o intuito de reconhecer comunidades tradicionais enquanto atingidas por Usinas Hidrelétricas, os acampados ainda enfrentam dificuldades em consequência de não serem reconhecidas, isso pode levar em consideração as manifestações em frente à UHEE, como já citado acima.

A reflexão que se dá é que não houve intervenção do Estado na construção da UHEE. Apesar do reconhecimento dos impactos que o megaempreendimento iria trazer a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, as licenças foram obtidas. O empreendimento expropriou milhares de famílias acarretando conflitos como manifestações na luta pela terra. As plantações, cultivos de alimentos vindo através da terra torna-se algo fundamental na vida dos acampados, não só a terra como também o território para suas vivências. Os grandes empreendimentos vêm com uma grande problemática nessa questão, no caso da UHE de Estreito, ocorreu a inundação e depois a expulsão. Apesar dos acampados terem inúmeros motivos para terem que sair das margens do rio Tocantins, ainda se encontram no local firmes na luta pelos seus direitos por terra, permanecendo viva os seus modos de vida e suas culturas perpassando por gerações.

#### **4 TERRITORIALIDADES RIBEIRINHAS NA POPULAÇÃO ACAMPADA**

A territorialidade ribeirinha destaca-se pelas trajetórias culturais exercidas pela população do Acampamento Coragem em seu processo de ocupação, ao fato que seus modos

---

<sup>8</sup> Na concepção hídrica, que identifica atingido e inundado. Mesmo quando reconhece os não proprietários – isto é, os ocupantes, posseiros, meeiros, etc. - esta perspectiva tende a circunscrever espacialmente os efeitos do empreendimento estritamente à área a ser inundada. Neste caso, atingido passa a ser entendido como inundado e, por decorrência, como deslocado compulsório – ou, como é corrente na linguagem do Banco Mundial, reassentado involuntário (VAINER, 2008, p. 3-4).

de subsistência advêm da produção do pescado e da agricultura. Este capítulo trata sobre a adaptação no território acampado, destacando os desafios enfrentados pela comunidade ribeirinha para continuar exercendo seus modos de vida, a importância da vivência ribeirinha e o valor imaterial que o rio Tocantins representa para os/as acampados/as. Dessa forma, a pesca é um dos principais meios de subsistência, junto da criação de animais e plantações nas roças de toco. Com isso, abordaremos como as narrativas dos/as moradores/as traduzem os sentidos e significados nas alterações na terra ocupada, tais como qualidade do solo, técnicas adquiridas para se adaptarem a nova vida pós-barragem e modificações no ser ribeirinho/a.

#### **4.1 Construção de novas territorialidades: a adaptação no lugar ribeirinho**

A formação da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem ocorreu após a construção da UHE de Estreito, por volta de outubro de 2015. Vale ressaltar que a população sobrevive da pesca e da agricultura, sendo assim, a escolha da terra se deu pelo fato do rio e o território fornecerem condições para exercerem suas práticas ribeirinhas (MACHADO, 2020).

Vale destacar que o princípio da ocupação parte de uma gama de reivindicações, seja pelo direito aos modos de vida, à pesca e inúmeros outros que foram violados com a construção da barragem, mas, sobretudo, está relacionado à condição de acampados que o próprio consórcio, na ocupação ao lado da barragem, lhes considerou. Ao ser descumprida a promessa de concessão de terra, os moradores decidiram ocupar esta terra para a garantia do direito de acampado (MACHADO, 2020, p. 28).

Apesar dos conflitos em prol da luta por um território às margens do rio Tocantins e também reivindicações devido à construção da UHEE, a maioria dos moradores da comunidade ribeirinha são do município de Estreito-MA. As trajetórias dos/as acampados perpassam os espaços rurais e urbanos, em razão da ausência de políticas públicas, é necessário que se locomovam até a cidade de Estreito para terem acesso à educação, saúde, como também levarem o pescado para venda. Apesar de todas as dificuldades, os acampados optam por permanecer à beira do rio para que possam utilizar o território para realizarem plantação de frutas e legumes, como também o lago na realização da pesca. É notável o reconhecimento da importância do território à margem do rio Tocantins, tendo em vista as práticas culturais e profissionais exercidas por eles, como destaque na narrativa do ribeirinho: “que nós vive da pesca e do trabalho né.. nós cria galinha, o porquinho, [...] a roça” (s.J, ENTREVISTA ORAL, 23/11/2019).

**Fotografia 7:** Criação de galinhas

Fonte: Machado (Dezembro/ 2017).

**Fotografia 8:** Criação de porcos

Fonte: Machado (Julho/ 2019).

As fotografias 1 e 2 confirmam a fala do morador sobre as criações de animais no acampamento, fazendo parte da identidade cultural dos acampados. Sendo assim, apesar da pesca ser o principal meio de subsistência da comunidade ribeirinha, a criação de animais como porcos, galinhas, patos, complementam suas rendas (MACHADO, 2020).

Por seus meios de subsistência se encontrarem próximos às margens do rio, isso levando as condições para a pesca, plantação e criação de animais, é possível notar o porquê da comunidade optar por se localizar no espaço rural e ribeirinho. Na fala do acampado s. J ele também cita “vive da pesca”, esse apontamento confirma sobre a importância da territorialidade à beira do rio, “dado o fato que [...] a alternativa encontrada pelas populações atingidas foi de migrarem para as margens do lago, para que por meio disso pudessem continuar exercendo suas práticas culturais” (MACHADO, 2020, p. 92). Desse modo, a territorialidade é entendida como determinado local onde acontece a vida cotidiana das pessoas, uma área onde um grupo possa exercer o trabalho, lazer, moradia.

A territorialidade é o acontecer de todas as vidas cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola, etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2013, p. 129).

Trazendo as percepções de Saquet (2013) nos estudos de territorialidade relacionando com a vida cotidiana da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, para que continuassem exercendo suas atividades de pesca, agricultura e até mesmo a moradia na beira do rio, os acampados tiveram que se adaptar ao novo território.

Antes da construção da barragem os ribeirinhos se localizavam em pontos de pesca nas margens do rio Tocantins, portanto, devido ao enchimento do reservatório, ocorrendo assim à inundação, as condições do lago não se encontram como antigamente, prejudicando a pesca e consequentemente a vivência ribeirinha. Em uma entrevista, o pescador s.J ressalta o antes e depois sobre como ficou os gastos financeiros relacionado a pesca, assim como, os prejuízos das redes de pescas rasgadas em consequência dos troncos de árvores presentes no rio depois da inundação.

[...] ultimamente nós comprava 30 reais de gasolina, comprava seis barra de gelo.. dava para fazer uma pescada de três dias.. nós pegava uns 60 quilos, às vezes menos e às vezes até mais. Hoje nós põe 10 barras de gelo em uma caixa de isopor, põe 50 reais de gasolina .. passa seis noites no rio.. quando acerta enche a caixa, quando não acerta .. as vezes acontece até de rasgar a rede por causa dos paus.. então nós volta para trás.. A última pescaria deu mais, se não vai ter que comprar fiado para ver se recupera (s.J, ENTREVISTA ORAL, 23/11/2019).

O prejuízo que enfrentam devido ao rio não proporcionar uma boa pesca como antigamente antes da barragem, faz com que os acampados tenham que ter maiores gastos para realizar a pescaria. O motivo da comunidade ribeirinha comprar mais barras de gelo é devido passarem mais noites no rio com o intuito de ter uma pesca mais produtiva. Portanto, o pescador também destaca os enfrentamentos voltados à presença de troncos de árvores presentes no lago, e em alguns acontecimentos chegam a rasgar suas redes de pesca.

Esse processo de antes e depois da barragem, voltado a como ficou a qualidade da pesca, pode ser destacado como uma das problemáticas que a comunidade ribeirinha teve que se adaptar. Os gastos financeiros e mais noites no rio com o intuito de bons resultados de pesca confirmam sobre mudanças de antes e depois da barragem, e a adaptação no novo território de pesca, devido às péssimas qualidades proporcionadas pela inundação do rio.

A dificuldade de adaptação ao novo lugar foi muito sentida pelas pessoas mais velhas, que tinham um vínculo e um sentimento de pertencimento ao antigo lugar de moradia muito forte. Acostumados a viverem no rio e do rio, lugar onde os sentidos eram partilhados com o grupo, o enchimento do lago da usina acaba submergindo a identidade daqueles que no rio se inspiravam (CARVALHO; OLIVEIRA; FONSECA, 2017, p. 97).

A adaptação é um processo lento, a passagem de uma vida para uma pessoa que está acostumada a utilizar a pesca com qualidade e ser atingida por impactos ambientais prejudicando seu principal meio de subsistência, faz com que a comunidade ribeirinha procure

novas alternativas para continuar exercendo seu modo de vida como, por exemplo, os maiores gastos para compra de blocos de gelo, passando então mais noites no rio realizando a pesca. A agricultura também foi outro meio de subsistência prejudicado, a proibição de plantações em função das Áreas de Preservação Permanente (APP) fez com que os acampados procurassem novas alternativas para realizarem a plantação de frutas e legumes. As roças de toco foi uma dessas alternativas utilizadas pelos ribeirinhos, que através de suas habilidades no plantio, continuaram com suas plantações apesar dos desafios enfrentados em consequência do solo ácido do cerrado.

### **3.2 “Se não pescar vai viver de quê?”: os impactos na produção pesqueira**

A pesca é o principal meio de subsistência da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, é através dela que os acampados se sustentam, seja no consumo, ou na venda do pescado. O título desse tópico destaca a fala de uma das pescadoras da comunidade, ao narrar as dificuldades enfrentadas na vivência ribeirinha, destacando que a vida no espaço urbano é inviável para sua família, ao fato que suas atividades culturais e profissionais relacionam-se à pesca.

Antes da instalação da UHEE, o rio Tocantins se encontrava em ótimas qualidades para a realização da pesca. Sem os impactos ambientais provocados pela usina, não havia acontecido queda na produção de pesca. Portanto, no decorrer da construção da UHEE, os ribeirinhos relatam sobre o prejuízo da pescaria que tiveram que enfrentar em consequência do empreendimento.

Morreram setenta mil toneladas . Foram tirados peixe morto de Imperatriz, olha a distância de Imperatriz, 128 KM. Era voadeira 24 horas tirando os peixes mortos e ainda não deram conta de tirar todos. Lá dentro tem cemitério de peixe, acho que é dez ou doze cemitérios de peixes , é cinquenta metros de comprimento com metros de fundura e com 1 metro e meio de largura. Eles enchem com a caçamba, então colocam uma lona e enterram (s.J, ENTREVISTA ORAL, 23/11/2019).

A narrativa do acampado relata o principal desastre ambiental voltado para a queda na produção pesqueira. O impacto ambiental ocorreu no período da construção da barragem, portanto, a responsável pela UHE de Estreito (CESTE) ainda aplicou medidas para solucionar a problemática da mortandade dos peixes. Por volta de 2010, a empresa realizou um programa ambiental chamado “Conservação da Ictiofauna (peixes)”. O objetivo seria a instalação de barragens provisórias com o intuito de desvio da água (ensecadeiras). Segundo o CESTE, com a aplicação deste projeto, tiveram sucesso e conseguiram resgatar mais de 22 mil exemplares de 100 espécies resgatadas (UHE ESTREITO, 2010).

**Fotografia 9** - Resgate de peixes em barragem provisória

Fonte: CONEXÃO TOCANTINS, 2010<sup>9</sup>

Apesar do projeto aplicado pelo Consórcio de Energia de Estreito (CESTE), as medidas para o resgate de peixes não foram obtidas com sucesso. No ano de 2011, um ano após a Ictiofauna, ocorreu um aumento na mortandade de peixes. Segundo a assessoria de imprensa da UHEE, a morte de peixes teve relação com a Unidade Geradora 1, após a mortandade dos peixes, os testes foram imediatamente paralisados e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), foi informado do ocorrido (CONEXÃO TOCANTINS, 2011).

Nota-se então a complexidade enfrentada pelo CESTE voltada para a questão ambiental. Apesar do projeto ser aplicado com medidas para o resgate de peixes sendo realizado no ano de 2010, que de acordo com a empresa foi obtido com sucesso, um ano depois já ocorreram acidentes voltados à mortandade de peixes. Isso reflete sobre a questão da problemática que traz o grande empreendimento, apesar dos projetos em prol da sustentabilidade do meio ambiente, as usinas hidrelétricas sempre irão trazer marcas de impactos ambientais, prejudicando tanto o meio ambiente, como também às comunidades tradicionais que dependem do peixe para sobreviver, passando a enfrentar vulnerabilidades, conforme destaca a acampada: “Hoje nós estamos passando fome” (d.M, ENTREVISTA ORAL, 23/11/2019).

---

<sup>9</sup> Disponível em: <[https://conexaoto.com.br/2010/04/15/resgate-de-peixes-entre-as-ensecadeiras-da-uhe-estrito-e-realizado-com-sucesso#pp\[noticia\]/0/](https://conexaoto.com.br/2010/04/15/resgate-de-peixes-entre-as-ensecadeiras-da-uhe-estrito-e-realizado-com-sucesso#pp[noticia]/0/)>. Acesso em: 04 jun. 2022

Apesar do prejuízo a comunidade em consequência da mortandade dos peixes e junto com a problemática veio a queda na produção pesqueira, Machado (2020) ressalta a persistência dos acampados de continuarem exercendo a pesca:

Mesmo com a queda na produção pesqueira, como também das espécies de peixe, que é relato recorrente entre a maioria dos pescadores, essa família encontra formas de sobreviver através da pesca escassa que atualmente encontram no lago. Por meio disso, observamos que as narrativas de resistência dos ribeirinhos adentram no campo da subsistência, por serem pescadores e, como muitos destacam, “é a profissão que eu tenho”, a morada na beira do rio se dá exatamente pelo exercício de sua prática profissional (MACHADO, 2020, p. 115).

Trazendo referência às percepções de Machado (2020) sobre a resistência da comunidade para continuar exercendo a pesca no rio Tocantins, os acampados apresentaram narrativas dos desafios que enfrentam durante a pescaria. Segundo os ribeirinhos, por não conseguirem pescar peixes de qualidade, acabam optando por pescarem no outro lado da barragem, local proibido pelo CESTE. De acordo com a comunidade ribeirinha, do lado oposto da barragem, nas proximidades da sede da usina, é onde encontram os peixes como jaú ou a cachorra de canal.

eu já entrei lá muitas vezes. Já arrisquei a vida um bucado de vez, o caba arrisca a vida para pegar o peixe lá dentro. Quando é 7 horas da noite, na troca de guarda, sento de barco em um pontapé (...) Lá dentro se você entrar com o celular filmando, você pilotando você não filma, tem que ser outra pessoa filmando, porque o negócio lá é feio. E nós ia até lá de baixo no pé da parede. As turbinas funcionando e nós aqui amarrado no cabo de aço, pescando a cachorra de canal, pescando o jaú, pescando filhote (s.J, ENTREVISTA ORAL, 23/11/2019).

Nas narrativas do pescador, é possível notar a problemática que enfrentam para realizar uma pesca de peixes distintos que não são encontrados do lado onde a comunidade se encontra. Apesar dos perigos que os pescadores enfrentam, os ribeirinhos se encontram dispostos a arriscarem suas vidas para conseguirem o peixe. A resistência para continuar exercendo os seus modos de vida, ainda continua viva em cada morador da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem.

Outro ponto a ser destacado, se encontra na qualidade encontrada no peixe do rio após a instalação da UHEE. Segundo os acampados, o sabor do peixe não é o mesmo como o pescado antes da barragem.

sobre o peixe que tem no lago não é todo mundo que come. [...] Não é todo mundo que come, tem muita gente, nem o pescador que comia peixe do rio antes, não come peixe hoje do lago (A.P, ENTREVISTA ORAL, 23/11/2019).

O motivo para o peixe não se encontrar na mesma qualidade de antigamente, se dá devido a um produto tóxico em consequência da putrefação das árvores e assim, os peixes não se encontram saudáveis como antigamente, interferindo também no seu sabor. Outra problemática que ocorreu foi durante as pescas realizadas através das redes, geralmente os

pescadores jogam a rede de pesca no rio e esperam uma noite para que na manhã do outro dia puxarem a rede e pegarem os peixes nela presentes. Portanto, devido ao produto tóxico liberado na água, os peixes quando pegos no outro dia pela manhã, se encontravam mortos, sendo descartados então pelos pescadores.

A pesca para uma comunidade ribeirinha vai além de uma coleta de peixes para a alimentação. O jogar da rede no rio, à espera do peixe, possui toda uma memória de afetividade para essa comunidade tradicional. Aos olhos de muitas pessoas, o rio pode ser apenas uma paisagem, mas para pescadores é um lugar de afetividade, onde histórias são contadas de um tempo em que a produção pesqueira se encontrava com fartura. O motivo da resistência da comunidade em permanecer exercendo a pesca se dá pelo fato desse modo de vida ribeirinha ser a forma que eles podem permanecer com a sua identidade. Apesar da queda de produção pesqueira em consequência do grande empreendimento, a resistência se encontra em cada morador do Acampamento Coragem.

#### **4.3 Da vazante para as roças de toco: as mudanças na agricultura da comunidade ribeirinha**

Antes da UHE de Estreito, a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem realizava suas plantações em vazantes, nas épocas de desnível do rio Tocantins e assim o solo das margens do rio se encontrava em fertilidade favorecendo assim, a agricultura.

A prática da vazante decorre do plantio na beira do rio no período de desnível. A vida destas populações sempre esteve ligada ao rio Tocantins, pois, no período de cheia, o solo das margens do rio é fertilizado. Com o desnível do rio, essas áreas eram utilizadas para o plantio de alimentos que sustentavam essas comunidades (MACHADO, 2020, p. 89).

O conhecimento que a comunidade ribeirinha possui para aplicar essa forma de plantio ressalta em mais uma da utilidade que o rio tem para os/as acampados/as. Portanto, com a demarcação das Áreas de Preservação Permanente (APP), foram proibidos de usar as vazantes como método para realizarem a plantação. Sendo assim, os ribeirinhos tiveram que optar por uma nova forma de plantio.

As roças de toco surgiram como uma nova alternativa para continuarem exercendo a agricultura. Trata-se de “[...] uma prática agrícola que se restringe a áreas tropicais, popularmente conhecida pelos acampados como área de chapadas, que se caracteriza por áreas de terras mais elevadas e planas” (MACHADO, 2020, p. 90).

### Fotografia 10: Preparo do solo nas roças de toco



Fonte: Amario (Novembro/2019).

Na Fotografia 4, ocorreu um grande processo de queimada com o objetivo de preparar o solo para o plantio. Apesar da queimada, também se observa limpeza no terreno para que assim se encontre em boas condições para a prática da agricultura. No fundo se encontra um barracão pertencente a um dos acampados, e a vegetação ao redor, característica típica do bioma cerrado, com árvores de pequeno a médio porte, levemente encurvadas. Apesar da preparação do solo para a realização de plantio, não é toda fruta ou legumes que servem para a plantação. Tais concepções são abordadas pelos ribeirinhos:

[...] pode muito bem chegar em uma grelha dessa dai e comprar 30/ 40 saco de bosta de galinha e misturar na terra e deixar ela e plantar alguma coisa.. plantar um milho, plantar um arroz, porque aqui não dá não, arroz não mas lá no seu [...] ainda dar um pouquinho. Não é muito mas dá. E aqui na frente planto só um feijão, uma mandioca. O feijão dá mais ligeiro, a mandioca também. Quando o inverno é bom ela dá ligeiro, porque essa daqui eu plantei, eu plantei foi de duas em duas palmas , olha o tantinho que tem (A.P, ENTREVISTA ORAL, 23/11/2019).

Na fala do acampado A.P é ressaltado alguns dos vegetais plantados, como, por exemplo, o feijão e a mandioca. O ribeirinho ainda relata sobre a plantação de arroz que não frutifica na sua roça, mas que no morador vizinho, o solo se encontra em condições de plantio. Essa abordagem é confirmada quando ele cita “aqui não dá não, arroz não, mas lá no seu [...] ainda dá um pouquinho”. Por consequência da acidez do solo do cerrado, não é todo legume ou verdura que pode ter sucesso na plantação.

Apesar da comunidade ter procurado soluções para o cultivo de frutas e legumes, como o plantio nas roças de toco, os acampados ainda enfrentam desafio para realizarem plantações. Portanto, mesmo com a terra pouco fértil, a comunidade permanece sempre procurando formas de continuarem exercendo a sua agricultura de subsistência<sup>10</sup>. Os acampados continuam mantendo suas ligações com a terra, se alimentando do pouco que é produzido (OLIVEIRA, 2021).

Apesar dos desafios enfrentados em decorrência da acidez do solo, a comunidade sempre procura formas de realizarem plantios. Na fotografia 10, nota-se alface e cheiro verde plantados em um canteiro, outra forma que a comunidade utiliza para a realização da agricultura. Já na Fotografia 11 podemos notar a plantação de abóbora, e como podemos observar, o plantio ocorreu no solo arenoso do cerrado, preparado para ocorrer a plantação, refletindo então a habilidade então dos acampados como agricultores.

**Fotografia 11:** Alface e cheiro verde



Fonte: Machado (Dezembro/2017).

**Fotografia 12:** Plantio de abóbora



Fonte: Machado (Dezembro/2017).

A mudança na agricultura da comunidade ribeirinha demonstra a forma como os acampados procuram possibilidades de continuarem exercendo suas práticas ribeirinhas. A plantação nas roças de toco aborda essa questão de resistência na procura de novos métodos

<sup>10</sup> De acordo com Nierdele e Wesz Júnio (2018) apud Machado (2020), a agricultura de subsistência pode ser socialmente denominada de ordem doméstica, trata-se da produção do que é socialmente necessário para a reprodução física do trabalhador e da sua família. Organizando-se através de cultivos agrícolas, como: roçados, pomares, criação de animais, extrativismo, caça e pesca

para continuar exercendo a agricultura. Por mais que o solo não se encontre em boas condições, não é motivo para os ribeirinhos desistirem do plantio. A agricultura para a comunidade, assim como a pesca, se encontra nas suas vivências, e apesar dos desafios enfrentados para obter a plantação, a comunidade ribeirinha permanece resistindo em prol da permanência da sua cultura.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho aborda sobre como ocorreu o processo histórico da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, ressaltando características de vivência dos acampados como também a valorização cultural, das problemáticas enfrentadas, como impactos na produção pesqueira e luta pelos seus direitos enquanto ribeirinhos. Um ponto interessante que pode ser abordado sobre comunidades tradicionais é como ela valoriza o lugar onde vivem, no caso da comunidade do Acampamento Coragem, às margens do rio Tocantins.

Em consequência dos conflitos socioambientais após a instalação da Usina Hidrelétrica de Estreito, os ribeirinhos tiveram que se reterritorializar em um novo território. Toda a adaptação no Acampamento Coragem reflete sobre a resistência ao novo território. As lembranças das pescas que se enraizaram na vivência ribeirinha, presentes no decorrer de todas as suas vidas, abordam cada vez mais o fator de identidade na população acampada. Sendo assim, a série de conflitos e embates enfrentados pelos moradores, não serão motivos de desistência de continuar exercendo seus modos de vida.

Com o conhecimento das populações atingidas, pode-se então ocorrer a visibilidade de ribeirinhos no qual vivem do que o rio proporciona. A valorização dos seus modos de vida depende do rio, é na ocupação as margens deste que seus territórios se constroem. A chegada da comunidade ao novo território pertencente ao CESTE se dá exatamente por esse fator geográfico de um lugar com características rurais e ribeirinhas, e apesar de todos os embates enfrentados, a comunidade persiste com o processo de ocupação do território.

A atuação do MAB se faz de suma importância para as trajetórias de luta e resistência da comunidade. Em consequência dos direitos negados como atingidos por usinas hidrelétricas, esse movimento social vem com o intuito de lutar pelos direitos das comunidades tradicionais. No caso dos acampados, os direitos de território foram negados em consequência dos impactos ambientais proporcionados pela UHE de Estreito.

A pesquisa me proporcionou enquanto professor licenciado em Geografia, a importância do reconhecimento de cultura e territorialidade de povos tradicionais, da mesma forma que compreender a relação imaterial que estas populações têm com natureza. Reconhecer comunidades tradicionais se torna importante por saber que foram através desses povos que surgiram a formação da nação. Sendo assim, ha de se valorizar suas culturas e entender que as suas vivências demonstram muito sobre o Brasil e suas raízes. Portanto, temas voltados para cultura, território/territorialidade e lugar são importantes para serem trabalhadas dentro da sala de aula por ensinar aos discentes a importância dessas comunidades e suas culturas,

proporcionando saberes para que futuramente possam-se formar cidadãos que possuam uma visão naturalista e que entendam que populações ribeirinhas estão acima de uma ótica capitalista.

Em uma perspectiva como pesquisador, espero que o presente trabalho seja importante para futuros estudos voltados a comunidades tradicionais, principalmente por proporcionar uma realidade de povos na qual muitas vezes não se encontrem visíveis perante a sociedade, sendo assim, através desta pesquisa, possa-se expandir cada vez mais a temática trabalhada trazendo um conhecimento a sociedade sobre questões voltados a visibilidades de identidades claramente definidas, como também a hegemonia do capital presente no Brasil, responsável por prejudicar cada vez mais os povos tradicionais e o meio ambiente.

Por fim, observou-se uma tendência sobre a questão do não reconhecimento de comunidades tradicionais, e devido a isso, muitas vezes esses povos são prejudicados em consequência de grandes empreendimentos, destruindo suas culturas e vivências. Em maior parte, empresas privadas são guiadas pelo lucro do capital, e por seus argumentos de desenvolvimento econômico, são bem-vistas perante a sociedade. Entretanto, o que se encontra vendado perante a população é a exclusão, afetividade, liberdade para as suas identidades/expressões de povos tradicionais.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, N. M. S. et al. **Conflitos socioambientais no Nordeste brasileiro**: tema de interesse para o Serviço Social. Espaço Temático: Conflitos sociais, Ideologia, Cultura e Serviço Social. Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 363-373, maio/ago. 2019.

BRASIL. Decreto Nº 7.342, de 26 de outubro de 2010. confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3o-A da Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996. Brasília: **DOU Diário Oficial da União**. Publicado no D.O.U em 27 de outubro de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2020.

CABRAL, Josélia Fontenele Batista. OLHARES SOBRE A REALIDADE DO RIBEIRINHO: UMA CONTRIBUIÇÃO AO TEMA. **Presença Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente** - Mai. – n. 24, v. 6, 2002.

CARVALHO, Natan Ferreira de; ROMARCO, Marcelo Leles ; FONSECA, Bruno Costa da . De pescadores artesanais a piscicultores: a mudança nos meios de vida entre os pescadores atingidos pela construção da usina hidrelétrica do funil. **Extensão Rural**, v. 24, p. 79, 2017.

CONEXÃO TOCANTINS. **Ceste esclarece mortandade de peixes na Usina Hidrelétrica de Estreito**. Disponível em: <<https://conexaoto.com.br/2011/05/26/ceste-esclarece-mortandade-de-peixes-na-usina-de-estreito>>. Acesso em: 04 jun. 2022.

CONEXÃO TOCANTINS. **Resgate de peixes entre as enseadeiras da UHE Estreito é realizado com sucesso**. Disponível em: <[https://conexaoto.com.br/2010/04/15/resgate-de-peixes-entre-as-enseadeiras-da-uhe-estreito-e-realizado-com-sucesso#pp\[noticia\]/0/](https://conexaoto.com.br/2010/04/15/resgate-de-peixes-entre-as-enseadeiras-da-uhe-estreito-e-realizado-com-sucesso#pp[noticia]/0/)>. Acesso em: 04 jun. 2022.

COVER, Maciel; SANTOS, Chirlene Alves dos. Gerações, identidades e saberes: um olhar sobre a comunidade Ilha Verde – Babaçulândia/TO. In: BARCELLOS, Sérgio Botton (Org.). **Juventude rural e conflitos socioambientais no Brasil**: existências e resistências. Curitiba: Apris, 2021.

EDUCALINGO. **Significado de "voadeira" no dicionário português**. Disponível em: <<https://educalingo.com/pt/dic-pt/voadeira>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

EMBRAPA. **Área de Preservação Permanente (APP)**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/entenda-o-codigo-florestal/area-de-preservacao-permanente>>. Acesso em: 16 Jun. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento social como categoria geográfica**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

FERREIRA, Joelson; FELICIO, Erahsto. **Por Terra e Território**. Arataca (BA): Teia dos Povos, 2021. 178p.

FOGAÇA, Jaime. A Desterritorialização e a Reterritorialização das famílias atingidas pela implantação da Usina Hidrelétrica de Itá, oeste de Santa Catarina. **Revista Educação, Sociedade e Culturas (ESC)**, Bahia. v. 1, p. 1-21. 2007.

GODINHO, C. P.; VIANA, E. P.; ROSA, H. S.; ZHOURI, A. **Conflitos ambientais e as contradições do desenvolvimento sustentável: o caso da Mineração em Conceição do Mato Dentro/MG e suas consequências**. In: 10º Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Natal. v. 1, p. 1-19, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 12º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

LIMA, Claudio Márcio Amaral de Oliveira. **Informações sobre o novo coronavírus (COVID-19)**. Radiol Bras. 2020, Mar/Abr: p. 5-6

MACHADO, Laylson Mota; SIEBEN, Airton. **A Representação Feminina no Acampamento Coragem e a Desterritorialização ocasionada pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA)**. Humanidades & Inovação, v.6, p. 280-291, 2019.

\_\_\_\_\_. **“A Beira do rio é o nosso lugar”**: os efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e a vida ribeirinha no Acampamento Coragem em Palmeiras do Tocantins (TO). 2020. 139f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) - Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2020.

\_\_\_\_\_. SIEBEN, Airton.; ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros de. **MEMÓRIAS ALAGADAS: nova cartografia social dos impactos causados pela UHE de Estreito à comunidade ribeirinha de Palmeiras do Tocantins-TO**. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 16, n. 41, p. 186-211, ago., 2021.

MELO, Maria José de. **Grandes obras no território ribeirinho do Submédio São Francisco: Resistência no campo e na cidade à construção da Hidroelétrica de Riacho Seco no Município de Santa Maria da Boa Vista - PE**. 2016. 133f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, UFPE: Recife, PE, 2016.

MEDINA, C. de A. **Entrevista: o diálogo possível**. 1 ed. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 1ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1992. 57 p.

OLIVEIRA, G. da S. **A Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem e os Efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA)**. 2021. 62f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, TO, 2021.

PARREIRA, Pedro M. et al. **A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa**. Goiás: Atas CIAIQ, 2017.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. **A Resistência Olha a Resistência**. Psicologia: Teoria e Pesquisa 2007, v. 23 n. especial, p. 73-78.

ROCHA, Judite da. **Usina Hidrelétrica de Estreito e desterritorialização: impactos sobre a saúde e resistência das famílias atingidas**. 2016. 126f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro. 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. **Conflitos Socioambientais no Licenciamento da Usina Hidrelétrica de Murta**: a luta pelo sentido e o destino do território no Médio Jequitinhonha - MG. 2005. 34f. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG: Belo Horizonte, MG, 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: Um estudo de Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

UHE ESTREITO/ NOTÍCIAS. **Resgate de peixes entre as ensecadeiras da UHE Estreito é realizado com sucesso**. Disponível em: <<https://www.uhe-estreiro.com.br/noticias/144-resgate-de-peixes-entre-as-ensecadeiras-da-uhe-estreiro-e-realizado-com-sucesso.html>>.

Acesso em: 21 jun. 2022.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de "Atingido": uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. (Org.). **Vidas Alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. 1ed. Viçosa: UFV, 2008, v. 1, p. 39-63.

ZHOURI, A.; TEIXEIRA, R. O. S. . Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: Conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. **Teoria & Sociedade** (UFMG), UFMG-Belo Horizonte, v. 12, n.2, p. 10-28, 2005.